



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 37,
DE 2015
(Nº 186/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

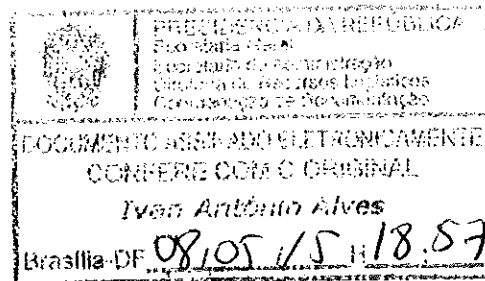
Os méritos do Senhor Carlos Antonio da Rocha Paranhos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

SUPAR

00001.001724/2015-55

EM nº 00199/2015 MRE



Brasília, 8 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS

CPF.: 092.368.137-04

ID.: 8554 MRE

1950 Filho de Antonio Carlos Azevedo da Rocha Paranhos e Maria Thereza Calazans da Rocha Paranhos, nasce em 29 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1971 CPCD - IRBr
1972 Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1988 CAE - IRBR, A Política Brasileira de Informática e suas repercussões no plano externo

Cargos:

1973 Terceiro-Secretário
1976 Segundo-Secretário, por merecimento
1979 Primeiro-Secretário, por merecimento
1985 Conselheiro, por merecimento
1992 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
1999 Ministro de Primeira Classe, por merecimento
2014 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1973-76 Divisão de Política Comercial, assistente
1976-79 Embaixada em Paris, Segundo-Secretário
1979-83 Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1983-85 Divisão de Política Comercial, assistente e Chefe, substituto
1984 Departamento Econômico, assessor
1985 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
1986-93 Divisão da Europa II, Chefe
1986 COLESTE, Secretário Executivo
1990-93 Departamento da Europa, Chefe, substituto
1991 X Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, Chefe de delegação
1993 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro e Representante Alternado do Brasil junto à FAO
1993 Grupo Latino-americano da FAO, Presidente
1995-99 Delegação Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
1998 Comitê de Subsídios da Organização Mundial do Comércio (OMC), Presidente
1999 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Chefe do Gabinete
1999-2002 Ministério da Agricultura e Abastecimento, Assessor Especial
2002-03 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-Geral
2003-08 Delegação Permanente em Genebra, Embaixador, Representante Alternado do Brasil
2003-08 Conferência de Desarmamento, Genebra, Embaixador, Representante do Brasil
2004 UNCTAD, Conferência Negociadora do novo Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais, Presidente
2005 10ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção contra a Tortura, Chefe da delegação
2006 Desarmamento, Convenção sobre Certas Armas Convencionais, Coordenador para o tema Minas anti-veículos
2006 94ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, Chefe Alternado da delegação
2006 95ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, Chefe Alternado da delegação e Coordenador do Grupo Governamental do Conselho de Administração da OIT
/2007 Membro (segundo mandato) do Conselho de Administração do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR)

2007	Conferência de Desarmamento, Coordenador para o tema Garantias Negativas de Segurança
2007	96ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, Vice-Presidente Governamental
2008-13	Embaixada em Moscou, Embaixador
2008-13	Embaixador junto aos Governos da Belarus, Geórgia e Uzbequistão, não residente
2013-	Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretário-Geral

Condecorações:

1973	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, Medalha de Prata
1973	Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Ouro
1979	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
1987	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.
1991	Ordem do Mérito, Itália, Comendador
2001	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2002	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2006	Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Brasil, Grã-Cruz
2008	Medalha do Pacificador, Brasil
2013	Medalha da Ordem da Amizade, Rússia
2013	Medalha Mérito Tamandaré
2014	Légion d'Honneur, França - Comendador

Publicação:

1998	Sistema Multilateral de Comércio: 50 anos, in Política Externa vol. 7, nº 2, setembro-novembro 1998, Paz e Terra
------	--

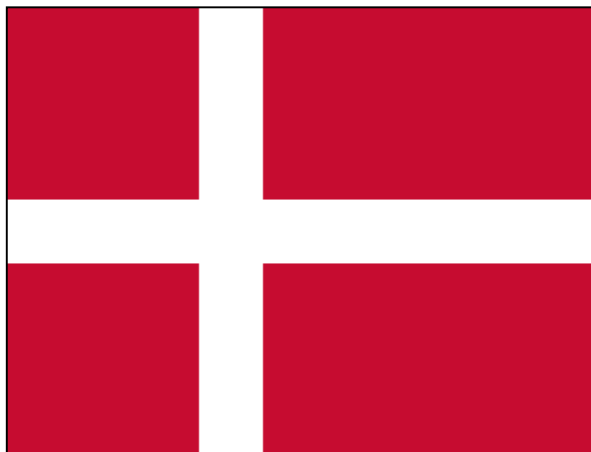
ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento da Europa

Divisão da Europa I

DINAMARCA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Abril de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino da Dinamarca
CAPITAL	Copenhague
ÁREA	Dinamarca (parte continental europeia): 43.094 km ² ; Groenlândia: 2.166.086 km ² Ilhas Féroe: 1.399 km ²
POPULAÇÃO	Dinamarca (parte continental europeia): 5.659.715 habitantes Groenlândia: 56.370 habitantes Ilhas Féroe: 49.709 habitantes
IDIOMAS	Dinamarquês, feroês, groenlandês e alemão. O inglês é a segunda língua predominante.
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional
LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (<i>Folketinget</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Margrethe II (desde 14 de janeiro de 1972)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (desde outubro de 2011, Partido Social-Democrata)
CHANCELER	Martin Lidegaard (Partido Social Liberal)
PIB NOMINAL	US\$ 347,20 bilhões (2014)
PIB PPP	US\$ 248,68 bilhões (2014)
PIB NOMINAL PER CAPITA	US\$ 61.885 (2014)
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 44.325 (2014)
VARIAÇÃO DO PIB	1,5 (2014); 0,4% (2013); -0,4% (2012); 1,1% (2011); 1,4% (2010); -5,2% (2009)
ÍNDICE DE DESENV. HUMANO (IDH)	0,9 (10ª posição entre 185 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	79,39 anos (2014)
ALFABETIZAÇÃO	99% (2012)
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa dinamarquesa
EMBAIXADOR NO BRASIL	Kim Højlund Christensen
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	3 mil (2014)

Intercâmbio comercial Brasil-Dinamarca									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	487,4	636,8	777,0	609,0	911,8	1.140,9	1.168,6	1.377,6	1.354,0
Exportações	219,9	279,5	320,3	257,8	367,7	408,1	446,6	472,0	516,5
Importações	267,5	357,3	456,7	351,2	544,1	732,8	721,9	905,6	837,5
Saldo	-47,6	-77,8	-136,4	-93,4	-176,4	-324,7	-275,3	-433,6	-321,1

Fonte: MDIC. valores em US\$ milhões (FOB).

Margrethe II Rainha da Dinamarca



A monarquia dinamarquesa é a mais antiga da Europa, datando, em sucessão ininterrupta, do século X. A família real da Dinamarca pertence à Casa de Gluecksborg, inaugurada por Christian IX (1863-1906).

Margrethe Alexandrine Thorhildur Ingrid, a Rainha Margrethe II, nasceu em 16 de abril de 1940, em Amalienborg, filha do Rei Frederik IX da Dinamarca e da Rainha Ingrid. Seu aniversário é a data nacional da Dinamarca.

Com a morte de seu pai, em 14 de janeiro de 1972, tornou-se Rainha da Dinamarca. Comandante Suprema das Forças Armadas Dinamarquesas, integra o Conselho de Estado desde 1958. Juntamente com o Parlamento, a Rainha é também a autoridade máxima da Igreja Luterana de seu país.

A Rainha Margrethe II estudou Filosofia na Universidade de Copenhague, Arqueologia na Universidade de Cambridge e Ciências Políticas na Universidade de Aarhus, na Sorbonne e na “London School of Economics”.

Antes de seu casamento (1967), visitou o Brasil, em 1966. Como Rainha da Dinamarca, realizou visita de Estado ao Brasil em 1999, ocasião em que viajou a Brasília, Foz do Iguaçu, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Helle Thorning-Schmidt
Primeira-Ministra



Helle Thorning-Schmidt é a primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira-Ministra da Dinamarca. Nasceu em 1966 e formou-se em Ciência Política pela Universidade de Copenhague. Estudou no Colégio Europeu de Bruges, onde conheceu seu marido, Stephen Kinnock, filho do político trabalhista britânico Neil Kinnock.

Helle Thorning-Schmidt iniciou sua carreira como consultora da Confederação Dinamarquesa de Sindicatos (LO). Ingressou no Parlamento em 1999 e em 2005 foi eleita líder do Partido Social-Democrata, então na oposição.

A sua eleição para a liderança do partido ocorreu em um momento difícil para os social-democratas. O Partido, tradicionalmente o maior do país, havia perdido apelo junto ao centro do eleitorado e precisava recuperar espaço. Thorning-Schmidt, assim, foi escolhida como alguém que poderia aproximá-lo da classe média. A estratégia surtiu efeito, e Thorning-Schmidt levou o partido à vitória nas eleições de 2011.

Foi eleita Primeira-Ministra e tomou posse em 3 de outubro de 2011.

Martin Lidegaard
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Martin Lidegaard nasceu em 12 de dezembro de 1966. Em 1993, formou-se em comunicação pela Universidade de Roskilde (RUC). Da época de sua graduação a 1996, trabalhou em assessoria de imprensa e como consultor de comunicações. Posteriormente, de 1996 a 2001, atuou como Vice-Secretário-Geral da ONG de cooperação internacional *Mellempfolkeligt Samvirke*.

Iniciou sua carreira política em 2000, quando foi candidato a eleições municipais pelo Partido Radical (Social Liberal). Foi eleito para o Parlamento em 2001 e reeleito em 2005. Nessas duas legislaturas, foi o porta-voz de seu partido para assuntos de energia, clima e meio-ambiente, entre outros. De 2008 a 2011, manteve-se na iniciativa privada, fundando e dirigindo o instituto de pesquisa Concito.

Foi nomeado Ministro para Clima, Energia e Construções em 2011. Assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em fevereiro de 2014.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais do Brasil com a Dinamarca são tradicionalmente cordiais. Ambos os países compartilham valores no plano internacional, como os ideais de coexistência e de cooperação internacional e a solução pacífica de controvérsias. A Dinamarca tem apoiado candidaturas brasileiras em vários organismos internacionais, inclusive a um assento permanente no CSNU. A Dinamarca, ademais, copatrocinou projeto de resolução apresentado pelo G-4 na 59ª AGNU sobre reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Entre 2007 e 2009, o crescente interesse mútuo culminou em sequência de visitas: em abril de 2007, o então Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen visitou o Brasil e, em setembro do mesmo ano, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Dinamarca; em 2009, o Presidente Lula esteve por duas vezes na Dinamarca (outubro e dezembro), para a escolha da sede das Olimpíadas de 2016 e para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15), respectivamente; em 2011, a Ministra da Ciência e da Tecnologia da Dinamarca realizou missão ao Brasil; em 2013, a Ministra de Comércio e Investimentos visitou o Brasil.

Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

Por ocasião da Rio+20, em junho de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff manteve encontro bilateral com a Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt. Além dos temas multilaterais, as duas Chefes de Governo demonstraram interesse mútuo no aprofundamento da cooperação tecnológica, científica e educacional, cujo marco é o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1986). A Primeira-Ministra ressaltou ainda o interesse dinamarquês no envolvimento do Brasil no “Global Green Growth Forum – 3GF”, voltado para parcerias no âmbito da “economia verde”.

Foram assinados entre os dois países, em 2007, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética e o Memorando de Cooperação nas Áreas de Mudança do Clima e Desenvolvimento de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Em fevereiro de 2011, foi assinado Memorando de Entendimento entre o MCTI e o MEC brasileiros e o Ministério da Ciência, Inovação e Educação Superior dinamarquês, com vistas a dinamizar a cooperação na área.

Ainda em 2011, em outubro, foi assinado Memorando de Entendimento entre a CAPES e o Conselho das Universidades da Dinamarca. O documento prevê, como um de seus objetivos, a promoção de pesquisas científicas conjuntas, assim como a mobilidade de cientistas e pesquisadores. O Memorando ampara o intercâmbio de pesquisadores e estudantes de ambos os países no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

A área de Ciência de Alimentos é uma das mais promissoras do relacionamento bilateral em CT&I. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Agência Dinamarquesa de Ciência, Tecnologia e Inovação (DASTI) já mantêm cooperação nessa área, tendo identificado quatro eixos potenciais para a ação conjunta: pós-colheita, compostos bioativos, percepção do consumidor e produtos orgânicos de origem animal. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Conselho Dinamarquês para Pesquisa Estratégica (DCSR) também mantêm cooperação nessa área, da qual resultaram dois editais de pesquisa conjunta.

Destaque-se, ainda, a cooperação iniciada no fim de 2012 entre a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) e a Universidade de Copenhague, no campo do controle de pragas por meio de agentes biológicos em cultivos de morango, maçã e frutas cítricas.

Em junho de 2013, foi inaugurado, em São Paulo, o Centro de Inovação da Dinamarca no Brasil, que tem por objetivo promover parcerias entre centros de pesquisa e desenvolvimento e empresas brasileiras e dinamarquesas, em áreas como ciências agrárias e biocombustíveis. Por outro lado, a Embaixada em Copenhague criou, em março de 2015, o Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação, com objetivos similares de promoção da cooperação bilateral nessa área.

No âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, a Dinamarca recebe principalmente bolsistas de doutorado. Até o momento, 182 bolsas foram concedidas para estudantes e pesquisadores brasileiros em universidades dinamarquesas. O setor privado dinamarquês comunicou o interesse em receber bolsistas do programa para estágios em empresas ligadas às áreas farmacêuticas e de energias renováveis. Pesquisadores da Dinamarca podem participar das chamadas do Programa nas modalidades que possibilitam a participação de estrangeiros: Jovens Talentos e Pesquisadores Visitantes Especiais.

Comércio bilateral

O aspecto econômico-comercial do relacionamento bilateral tem especial relevo, como evidenciou a visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Frederik, de 16 a 21 de setembro de 2012, acompanhado de expressiva delegação empresarial. Os setores empresariais da Dinamarca têm claro

interesse na exportação de seus produtos para a crescente classe média brasileira. Diante dos efeitos da atual crise financeira, a Dinamarca vem dando prioridade ao relacionamento com os BRICS, como forma de abrir novos mercados e equilibrar as contas do país.

Entre 2005 e 2014, o intercâmbio comercial brasileiro com a Dinamarca cresceu 248%. Desde o ano de 1999, o saldo tem sido desfavorável ao Brasil; nos últimos três anos os déficits foram de US\$ 275,8 milhões (2012); US\$ 433,6 milhões (2013); e US\$ 321,1 milhões (2014). A diminuição do déficit em 2014 foi provocada, principalmente, pela retração das importações (-7,5%).

Em 2014, 77% das exportações brasileiras para a Dinamarca foram compostas de produtos manufaturados, seguidos dos básicos, com 22%, e dos semimanufaturados, com 1%. Produtos farmacêuticos e resíduos das indústrias alimentares são os principais grupos de produtos exportados. Em 2014, os dois grupos juntos somaram 82,4% das vendas brasileiras para aquele país. Destacaram-se, ainda, café (3,49%); compensados de madeira (4,76%); e fumo (1,18%).

Pelo lado das importações, os produtos manufaturados representaram a quase totalidade (99%) dos bens dinamarqueses que entraram no Brasil em 2014. Os dez principais grupos de produtos dinamarqueses importados pelo Brasil representaram 44,71% do total da pauta de 2014. Destacaram-se: insulina (9,44%); inseticidas (7,5%); óleo diesel (5,54%); medicamentos (9,2%); e catalisadores (4,07%). O principal produto do comércio bilateral Brasil-Dinamarca é a insulina, o que se deve ao comércio intrafirma da multinacional dinamarquesa Novo Nordisk, com fábrica em Minas Gerais.

Em 2014, as exportações brasileiras para Dinamarca cresceram 9,43% em relação às de 2013, passando de US\$ 471,97 milhões para US\$ 516,49 milhões. No mesmo ano, as importações brasileiras originárias da Dinamarca, por sua vez, decresceram 7,25% em relação a 2013, com queda do dispêndio de US\$ 905,6 milhões para US\$ 837,54 milhões.

Segundo dados do MDIC de 2014, 392 empresas efetivaram vendas para a Dinamarca, com destaque para Novo Nordisk Farmacêutica, CGC Trading e Cereal Comércio, ao passo que 1.840 empresas brasileiras compraram produtos dinamarqueses, entre as quais se destacaram a Novo Nordisk Produção Farmacêutica, a Novo Nordisk Farmacêutica do Brasil, a Petrobrás e o Ministério da Saúde.

Investimentos

Em 2013, o estoque de investimento direto da Dinamarca no Brasil somou US\$ 995 milhões, pelo critério de investidor final, segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB). O montante correspondeu a 0,16% do estoque

total de investimentos no país. As principais investidoras dinamarquesas no Brasil são: Moller-Maersk (logística); Exact Invest e Brazilian Development (investimentos imobiliários); Novo Nordisk, Novozymes e Leo Pharma (medicamentos); GN Netcom (telecomunicações); Targit Brasil (consultoria); e Vestas (equipamentos para geração de energia eólica). Além delas, destacaram-se, na última década, os investimentos dinamarqueses no setor de petróleo e gás natural.

O alto custo da mão-de-obra, a elevada carga tributária e a reduzida dimensão do mercado local são dificuldades à internacionalização das empresas brasileiras em direção à Dinamarca. A Metalfrio é exemplo de investidor brasileiro na Dinamarca: adquiriu empresa local e transferiu as atividades de produção a outros países, mantendo em território dinamarquês apenas um escritório de vendas.

O Brasil tem-se esforçado para atrair novos investimentos dinamarqueses. Em junho de 2011, o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, manteve encontro com o Ministro de Economia e Negócios da Dinamarca, Brian Mikkelsen. Trataram, entre outros assuntos, do tema dos investimentos produtivos em alta tecnologia (indústria farmacêutica, química fina, processamento de alimentos e logística) e da cooperação em energia, óleo e gás. O Ministro Pimentel ressaltou os setores de portos, aeroportos e logística como áreas com significativo potencial de contribuição para investimentos dinamarqueses no Brasil.

Em maio de 2013, a então Ministra de Comércio e Investimentos da Dinamarca, Pia Olsen Dyhr, visitou o Brasil e assinou, com o Secretário Executivo substituto do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Memorando de Entendimento de Cooperação Econômica. O Memorando tem o escopo de aumentar e consolidar o comércio, os investimentos e a parceria econômica entre os dois países.

A primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) Brasil-Dinamarca sobre Comércio, Serviços e Investimentos foi realizada um ano após a assinatura do Memorando. Na ocasião, o GT procedeu a análises das conjunturas econômicas dos dois países e do comércio bilateral, seguindo-se discussões sobre temas do comércio bilateral, investimentos e cooperação nos setores de saúde, energia, sustentabilidade e assuntos multilaterais (negociações MERCOSUL-União Europeia).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Dinamarca.

Principais empresas dinamarquesas no Brasil

MOLLER-MAERSK: grupo empresarial de grande porte dos setores de logística, energia, offshore, varejo e indústria. Presente no Brasil desde 1913, atua na fabricação e transporte de contêineres, operação de terminais portuários, perfuração e exploração de petróleo. Atualmente, além do transporte internacional de cargas, sobretudo entre o Brasil e Ásia, e a exploração de petróleo, o grupo também atua (por meio da empresa Mercosul Line) no ramo de navegação de cabotagem, com três navios que ligam o Sul-Sudeste do Brasil a Manaus, e na operação de terminais nos principais portos do país. Como prestadora de serviços, a companhia dinamarquesa oferece apoio às plataformas de petróleo da Petrobras.

EXACT INVEST: opera no ramo de financiamento de projetos imobiliários, principalmente unidades habitacionais voltadas para a classe média, além de shopping centers. Mantém filial em Fortaleza.

FALCK NUTEC BRASIL: empresa do grupo Falck, de bandeira dinamarquesa, com 109 anos de atividades ininterruptas, atua no mercado com 23 filiais em 16 países. É a maior provedora mundial de treinamentos em segurança marítima. No Brasil, a Falck Nutec está sediada, desde 2005, na cidade de Macaé-RJ. A empresa já realizou mais de 90 mil treinamentos para todas as bacias que compõem o complexo petrolífero nacional.

NOVO NORDISK: fabricante de medicamentos para diabetes. Presente no Brasil desde 1990, a Novo Nordisk consolidou sua presença no país em 2002, quando comprou o laboratório de produção de insulina Biobrás. Inaugurou, em 2007, fábrica de insulinas em Minas Gerais, com investimentos de cerca de US\$ 200 milhões.

NOVOZYMES: produtora de enzimas e processos enzimáticos, a empresa instalou, em 1989, unidade industrial em Araucária, Paraná.

RESOUND: empresa do grupo GN Resound, umas das maiores empresas no setor de aparelhos auditivos no mundo. Está no Brasil há mais de 67 anos.

TARGIT BRASIL: prestadora de serviços de consultoria em *business intelligence*, estabeleceu subsidiária no Brasil em 2010.

VESTAS: fabricante de equipamentos de geração de energia eólica, estabeleceu parceria com o grupo espanhol Gonvarri para construir torres eólicas em Pernambuco. Em 2011, a empresa inaugurou fábrica para a montagem de “nacelles” (a estrutura no topo da torre onde ficam as turbinas geradoras), em Fortaleza.

LEO PHARMA: laboratório farmacêutico especializado no desenvolvimento de produtos para tratamento dermatológico, instalou filial no Brasil, em 2009, para a distribuição de seus produtos, com investimento inicial de US\$ 7,5 milhões e planos de investir cerca de US\$ 70 milhões até 2015 na expansão da companhia.

Principal empresa brasileira na Dinamarca

METALFRIO SOLUTIONS: empresa do setor de refrigeração comercial, mantém escritório de vendas e centro de distribuição em Aalestrup. Em 2006, a Metalfrio adquiriu ativos localizados na Dinamarca, anteriormente pertencentes à Caravell, parte de um dos grupos mais tradicionais deste setor no mundo.

Assuntos consulares

Segundo dados da Embaixada em Copenhague e do órgão oficial de estatísticas dinamarquês, cerca de 3 mil cidadãos brasileiros residem na Dinamarca. O número de brasileiros economicamente ativos, entre 30 e 59 anos de idade, é estimado em 1.550, dos quais 359 homens e 1.191 mulheres. A taxa de emprego, em 2013, era de 59,1%. A integração dos migrantes brasileiros à vida dinamarquesa apresenta níveis bastante satisfatórios, notadamente no acesso a serviços básicos de saúde e educação infantil.

Em 2013, a considerar o número de vistos concedidos pelas autoridades dinamarquesas, entraram na Dinamarca 83 brasileiros para trabalho nos setores de inovação, pesquisa ou estudos, 36 para pesquisa e 9 para trabalho na área de agricultura, totalizando 208 vistos. Comparativamente, China e Estados Unidos obtiveram, respectivamente, 44 e 35 concessões de visto.

No caminho inverso, a dinamização das relações comerciais bilaterais e o grande interesse de empresas dinamarquesas pelo Brasil, em especial no setor petrolífero e de navegação, levaram ao crescimento de 5% na concessão de vistos para dinamarqueses que atuam na área de transferência de tecnologia ou de prestação de serviços técnicos. Nos anos de 2011, 2012 e 2013, a média de concessão de vistos no Setor Consular da Embaixada em Copenhague foi de 744. Houve aumento, também, do interesse de estudantes pelo Brasil, contabilizando acréscimo de 12% na concessão de vistos para intercambistas.

POLÍTICA INTERNA

O Reino da Dinamarca é um Estado unitário, com personalidade única em termos de direito internacional, composta, porém, por três partes integradas: a porção continental europeia (a "Dinamarca", propriamente dita, na verdade composta pela península da Jutlândia e por 443 ilhas na Escandinávia) e dois territórios autônomos, situados no Oceano Atlântico Norte: a Groenlândia e as ilhas Féroe.

O país é uma monarquia parlamentarista, com sua atual Constituição originada em Ato de 1849 e revisada por última vez em 1953.

O Parlamento (*Folketing*) é unicameral e constitui-se de 179 parlamentares, dos quais 175 são eleitos na Dinamarca, dois pelas ilhas Féroe e dois pela Groenlândia. As eleições, realizadas pelo menos a cada quatro anos, são caracterizadas pelo sufrágio universal e direto. A cláusula de barreira estabelece a necessidade de os partidos alcançarem um limite mínimo de 2% do total de votos para o exercício dos mandatos.

O sistema de governo dinamarquês é o chamado *parlamentarismo negativo*, em que a condição para o estabelecimento do Governo não é, necessariamente, a formação de maioria parlamentar, mas sim a não existência de uma coalizão majoritária na oposição. De fato, grande parte dos governos na Dinamarca tem sido de minorias: desde 1909, nenhum partido conseguiu a maioria isolada no Parlamento, sendo que, desde a Segunda Guerra Mundial, apenas quatro Gabinetes contaram com maioria parlamentar para governar.

A composição atual do parlamento dinamarquês é a seguinte: os social-democratas (44 assentos), os social-liberais (17 assentos) e o Partido Socialista do Povo (16 assentos) compõem a base do Governo, de orientação de centro-esquerda; o Partido Liberal foi o líder da coalizão do Governo anterior e é o partido de maior bancada (47 assentos), mas não conseguiu formar coalizão que lhe permitisse governar. Há, ainda, o Partido do Povo Dinamarquês (DF) (22 assentos), de extrema direita; a Lista Unitária (12 assentos), de extrema esquerda; e a Aliança Liberal (9 assentos) e os Conservadores (8 assentos), ambos de direita. Por fim, dois representantes eleitos por partidos das ilhas Féroe e dois, por partidos groenlandeses.

O atual Governo assumiu em outubro de 2011. Coordenar a coalizão tem sido um desafio para a Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt (do Partido Social-Democrata, SD), que, desde o início do mandato, tenta equilibrar os interesses do Partido Radical (de centro), cujo programa é mais próximo dos partidos de centro-direita, com os do Partido Socialista Popular, dissidência do Partido Comunista Dinamarquês, que pela primeira vez em sua história integra um Governo. Some-se a isso o fato de se tratar de Governo de

minoria, que para passar legislação no Parlamento necessita do apoio da Lista Unitária, agremiação de extrema-esquerda.

Nesse contexto, a Primeira-Ministra manteve as linhas gerais da política econômica do Governo anterior, a fim de garantir a participação do Partido Radical na coalizão governista. Na prática, o Partido Radical detém o controle da área econômica, criando assim uma esfera de atrito com o Partido Socialista Popular e a Lista Unitária. O afastamento do Partido SD de sua linha de atuação histórica vem corroendo o relacionamento com seus tradicionais aliados, os grandes sindicatos de trabalhadores.

A fim de equilibrar as contas públicas e obedecer a acordos europeus, o Governo procedeu a cortes impopulares em benefícios como o auxílio-desemprego e o auxílio-doença. Pacotes de políticas pró-emprego lançado em 2012 não surtiram efeito: o desemprego naquele ano foi maior que o esperado.

Desde 2011, os partidos que mais cresceram foram o Partido do Povo Dinamarquês e a Lista Unitária (ou “verde-vermelhos”). Nesses quase quatro anos, o DF tem oscilado entre terceiro e segundo maior partido e conta atualmente com 19-20% do eleitorado. A Lista Unitária tornou-se o quarto maior partido, com quase 10% das intenções de voto. No mesmo período, a Socialdemocracia recuperou parte do eleitorado e tem, no momento, 21,5% de apoio. O maior partido ainda é o Liberal (com 25%), mas parte de seus eleitores também migrou para a extrema direita. Novo movimento, de extrema direita e nacionalista, espera ganhar espaço nas próximas eleições, com agenda forte em limitações à imigração (*Danish Tea Party*).

O governo da Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt realizou diversas reformas ministeriais desde 2013, parcialmente em razão da dificuldade para ordenar a coalizão. Em fevereiro de 2014, os socialistas saíram da coalizão e ocasionaram nova troca de ministros, mas continuaram na base de sustentação parlamentar do governo. A saída dos socialistas criou uma situação mais confortável para a Primeira-Ministra, que passou a liderar “uma coalizão mais coesa”.

No entanto, em setembro de 2014, a experiente Ministra da Economia Margrethe Vestager tomou posse como Comissária Europeia e, mais uma vez, Thorning-Schmidt viu-se forçada a realizar reforma ministerial.

Groenlândia

Embora seja unidade com sistema político e administrativo autônomo, a Groenlândia tem sua política externa e de defesa regida pelo Reino da Dinamarca. Embora em geral harmônica, têm-se recentemente constatado discordâncias entre as forças políticas de Copenhague e as

groenladesas, sobretudo depois que as autoridades da Groenlândia definiram, unilateralmente, cotas de caça de baleias, o controle de assento no Conselho do ártico, o fim da proibição da extração de urânio e modificações na legislação trabalhista nacional.

A Groenlândia nutre anseios de separação total da Dinamarca, mas os recursos financeiros aplicados pela Dinamarca (e pela União Europeia), de US\$ 670 milhões anuais, representam um terço do PIB da ilha.

Em setembro de 2014, o governo groenlandês dissolveu-se em razão de denúncias envolvendo o uso de recursos públicos pela Primeira-Ministra Aleqa Hammond para financiar gastos de família. O novo governo de Kim Kielsen, eleito em novembro, precisará não apenas reverter o quadro de desconfiança contra a classe política, como também resolver a grave crise econômica que se instalou.

Ao contrário do que o orçamento previa, a Groenlândia não fechou o ano de 2014 com superávit de US\$ 3,5 milhões, mas sim com déficit de US\$ 47,2 milhões no balanço de pagamentos. Esse resultado decorre de queda na receita do setor pesqueiro, incremento de gastos com benefícios sociais e a dificuldade na instalação do setor de minas e petróleo.

Os projetos de mineração, que diversificariam a economia groenlandesa, não foram adiante. A London Mining, que recebera licença de 30 anos para explorar minério de ferro, pediu concordata em outubro passado; o valor de sua mina foi depreciado a zero. A mina de ouro ao sul da ilha fechou em 2013, após anos sem lucro. Os projetos de extração de zinco de US\$ 500 milhões da Ironbark, com financiamento chinês, e de prospecção de zinco, terras raras e urânio, da mineradora australiana Greenland Minerals and Energy, estão apenas em fase de planejamento. Desse modo, a Groenlândia terminou o ano de 2014 ainda mais dependente da Dinamarca.

Tradicionalmente, as linhas da política externa dinamarquesa são de participação ativa no âmbito da União Europeia, ênfase nos laços de segurança transatlânticos, notadamente por meio da OTAN, e dinâmica participação como país doador na área da ajuda e cooperação internacionais, tanto em bases humanitárias como para o desenvolvimento. Nos últimos anos, porém, nota-se maior presença das questões militares na atuação internacional da Dinamarca.

No atual governo da Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt, as missões no Afeganistão e no Iraque foram concluídas conforme o calendário acordado com os países aliados, e a Dinamarca se voluntariou para participar das ações militares na Líbia, na costa da Somália e no Mali e, mais recentemente, na coalizão que combate ao grupo terrorista autodenominado "estado islâmico". A participação ativa do país em operações militares recebe apoio da maioria da população e é consensual entre os partidos com representação no Parlamento.

Os desdobramentos da crise entre Rússia e Ucrânia e a crescente desestabilização do Oriente Médio, com a emergência de entidades terroristas que recrutam, com sucesso, seguidores na Europa, têm sido as duas principais preocupações de segurança nacional na Dinamarca.

Não se deve esquecer, porém, de outra prioridade perene da diplomacia dinamarquesa: a promoção das exportações, vital para um país de mercado consumidor pequeno e de produção de alto valor agregado. A atuação da diplomacia, a partir do Conselho de Comércio Exterior (*Trade Council*) do Ministério dos Negócios Estrangeiros, é reconhecida e valorizada pelo empresariado do país.

Segurança Nacional e Relações com o Mundo Islâmico

As relações da Dinamarca com o mundo islâmico são caracterizadas pelo recente ativismo militar no Oriente Médio.

Em agosto de 2014, o governo Thorning-Schmidt disponibilizou aviões Hércules C-130 para missões de transporte aéreo nas operações nas áreas controladas pelo grupo terrorista autodenominado "estado islâmico" no Iraque. A atuação dinamarquesa contra o autointitulado "estado islâmico" ampliou-se em setembro, com o envio de caças F-16, e em dezembro, quando oficiais dinamarqueses iniciaram colaboração de treinamento de soldados curdos e iraquianos. O Ministro da Defesa, Nicolai Wammen, confirmou que os caças F-16 realizaram, até janeiro de 2015, 74 missões contra o ISIS, nas quais detonaram mais de 60 bombas contra alvos inimigos.

No que respeita à Síria, sobressai a recente inflexão nas declarações do Chanceler Martin Lidegaard. A Dinamarca é crítica do Governo Assad e votou a favor de todas as resoluções da AGNU condenatórias de Damasco. Entretanto, em janeiro de 2015, Lidegaard afirmou que será necessário retomar negociações com o regime de Bashar el-Assad, dizendo não acreditar que haverá solução militar para o conflito na Síria.

A Dinamarca mantém apoio moderado à causa do Estado palestino. O atual governo votou pela concessão da condição de observador à Autoridade Palestina nas Nações Unidas, em novembro de 2012, e concedeu nível diplomático à missão palestina em Copenhague, em maio de 2013, mas pretende apenas acompanhar a decisão da União Europeia sobre o reconhecimento do Estado Palestino. Em novembro de 2014, o Chanceler Lidegaard, em visita à Faixa de Gaza, criticou a política de expansão da construção de colônias israelenses e afirmou que essa política não só dificulta a solução de dois Estados como também compromete a confiabilidade de Israel junto à Dinamarca e à União Europeia.

Rússia e Crise na Ucrânia

O governo dinamarquês é abertamente crítico da atuação russa na Ucrânia. Diferentemente de outros países-membros da UE, não depende do fornecimento de gás russo. No entanto, o atual contencioso entre a União Europeia e a Rússia em torno da Ucrânia prejudica os exportadores da agropecuária dinamarquesa, em especial a suinocultura. Por esse motivo, apesar das declarações mais críticas, a Dinamarca tende a posicionar-se entre os moderados no que tange à adoção de medidas europeias mais duras contra Rússia. Nesse sentido, tanto o Ministro da Defesa Nicolai Wammen quanto o Chanceler Martin Lidegaard confirmaram ao parlamento, em fevereiro de 2015, que o governo atual não tem intenção de fornecer armas para a Ucrânia. Segundo Lidegaard, é preferível impor pressão sobre a Rússia por meio de ampliação de sanções.

Há, ainda, a questão das fronteiras marítimas na região ártica. Em dezembro de 2014, a Dinamarca entregou à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas demanda de extensão de sua plataforma continental na região da Groenlândia. A área demandada de 895 mil km², ao norte da costa groenlandesa, inclui o Pólo Norte e alcança a fronteira de 200 milhas náuticas da Rússia, do outro lado do mar polar.

Países Nórdicos e Bálticos

Os laços étnicos e culturais que unem os países nórdicos são reforçados pela união de passaportes e pelo mercado livre de trabalho. Criado em 1952, por iniciativa da Dinamarca, o Conselho Nórdico de Ministros

constitui foro de discussão e formulação de políticas e ações comuns, representando importante elemento de promoção de conceitos e valores compartilhados.

O Mecanismo de Cooperação Nórdica em Assuntos de Defesa (NORDEFECO) foi estabelecido em 2009 pelos Ministros da Defesa de Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia. Considerando que alguns países nórdicos não fazem parte da OTAN e outros não aderiram à União Europeia ou o fizeram com reservas (como o “opt-out” dinamarquês relativo à defesa comum), o mecanismo nórdico tomou forma não de uma aliança, mas sim de uma cooperação aberta em bases voluntárias, complementar aos compromissos multilaterais dos países membros. A cooperação busca, entre outros aspectos, enfrentar os cortes dos orçamentos de defesa dos países membros, por meio de compras comuns, com economia de escala e maior capacidade de negociação junto a fornecedores, bem como da otimização de sistemas logísticos, de treinamento e de uso comum de recursos humanos e de informática.

A Dinamarca, primeiro país a reconhecer a independência da Lituânia, Letônia e Estônia, atua com desenvoltura na região báltica, principalmente na área de defesa e segurança, com endosso dos EUA. A OTAN recebe da Dinamarca apoio material e profissional para o Batalhão Báltico, cujos integrantes provêm da Polônia e daquelas três repúblicas, e cujo treinamento visa a habilitá-lo a participar em forças de paz como, por exemplo, na Bósnia e Herzegovina.

Os países nórdicos e bálticos compartilham diversas plataformas e programas de cooperação, em áreas tais como intercâmbio acadêmico e educacional, capacitação de recursos humanos nas forças armadas e outros. Os cinco países nórdicos e os três países bálticos, além da Alemanha, Polônia e Rússia, constituem, desde 1992, o Conselho dos Estados Marítimos do Báltico, foro de concertação política que conta ainda com um representante da Comissão Europeia.

Adicionalmente, os cinco países nórdicos fazem parte do Conselho Ártico, juntamente com Canadá, EUA e Rússia. O Conselho foi estabelecido em 1996 como fórum intergovernamental de alto nível, a fim de fomentar a cooperação e a coordenação entre os Estados da região ártica, com o envolvimento das comunidades indígenas (seis organizações indígenas têm status de Participante Permanente).

O contexto europeu

A Dinamarca celebrou, em 2013, quarenta anos de sua adesão à Comunidade Europeia. No contexto da integração europeia, a Dinamarca defende posições comprometidas com a defesa do meio ambiente, o aumento

da transparência no processo decisório das instituições europeias, o fomento da geração de empregos e o ingresso de novos membros do Leste europeu.

A agenda política da Dinamarca atualmente inclui o tema das reservas feitas ao Tratado de Maastricht (1992) referentes às cláusulas de cidadania comum, moeda comum, defesa comum e justiça. Tais reservas somente poderão ser retiradas com a realização de novos referendos nacionais. A Primeira-Ministra Helle Thorning-Schmidt parece ter chegado a acordo com o líder da oposição, Lars Løkke Rasmussen, do Partido Liberal, para retirar a reserva à justiça comum por referendo, em princípio logo após as eleições parlamentares de 2015. Pesquisas de opinião apontam que a maioria da população é favorável por substituir esse “opt-out” por um “opt-in” – num modelo em que o Parlamento decidiria ativamente em quais áreas específicas do direito, da justiça e da atividade policial a Dinamarca integrará a cooperação europeia.

De acordo com sua forte tradição de apoio à liberação dos mercados, o país atribui importância política à negociação de acordos bilaterais ou regionais entre a União Europeia e outros países ou blocos, a exemplo das negociações MERCOSUL-União Europeia. Não participa diretamente, porém, do processo negociador, conduzido por Bruxelas. Reconhece que ainda existem dificuldades, mas favorece, em Bruxelas, a negociação em curso. Acredita, no que tange a produtos agrícolas, que “uma melhor oferta europeia estaria na dependência de melhor oferta do Mercosul em outras áreas, notadamente produtos industriais”.

A Dinamarca preocupa-se com o influxo migratório dos países europeus mais pobres. A política de fronteiras “intraeuropeias” abertas começa a ser percebida como ameaça à manutenção do Estado do bem-estar social. Na imprensa local, foi cunhada a expressão “turismo de bem-estar”, para caracterizar a suposta busca de europeus orientais por países (como a Dinamarca) que contam com benefícios generosos do Estado. De modo sintomático, o Partido do Povo conseguiu o maior número de assentos nas eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2014.

A Dinamarca é um dos poucos países que dedica à ajuda oficial ao desenvolvimento algo próximo de 1% do seu PIB, da qual cerca de metade é canalizada para as agências especializadas das Nações Unidas. A ajuda bilateral é prestada pela Agência Dinamarquesa de Ajuda ao Desenvolvimento - Danida, no âmbito de acordos bilaterais de cooperação.

A Danida é parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e seus objetivos obedecem às linhas gerais traçadas pela diplomacia do país. Assim, no momento atual, a cooperação e a ajuda ao desenvolvimento da Dinamarca incluem estratégias e projetos voltados para o reforço da segurança nacional e prevenção do terrorismo internacional, como também associam projetos de cooperação a metas comerciais dinamarquesas. Esse enlace entre cooperação e comércio é reforçado pelo fato de que os dois temas são da competência de

outro Ministério que não o dos Negócios Estrangeiros – o de Comércio Exterior e Cooperação para o Desenvolvimento (que opera com os recursos alocados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Como exemplo de que a estratégia dinamarquesa para a ajuda ao desenvolvimento está mais próxima dos objetivos de segurança do país, pode-se analisar o lançamento, em 2013, do plano de ajuda aos “Estados fracos ou em colapso”, em especial na região do “chifre da África”. Na esfera militar, a Dinamarca participava ativamente da Operação “Ocean Shield” da OTAN, de combate à pirataria somali. Em complemento à ação militar, o país lançou de programa de ajuda bilateral no “Chifre da África”, para apoiar o treinamento policial, construção de penitenciárias e fortalecer a capacidade local de processar judicialmente os piratas. Naquele ano de 2013, foram aprovados US\$ 230 milhões para estabilização e reconstrução de Estados frágeis ou falidos, um incremento de mais de 80% em comparação a 2012.

Nações Unidas

Apesar do viés atlantista de sua política externa, no plano multilateral a Dinamarca procura atuar de forma mais ecumênica, pautando-se pelo recurso ao diálogo e à negociação. Nos chamados temas globais, assume mais claramente o perfil que se espera de país com alto índice de desenvolvimento humano e forte tradição igualitária, com lastro no Estado de bem-estar social.

A ONU conta com apoio político e financeiro da Dinamarca, que participou de grande número de operações de paz. O país atua construtivamente na promoção do desenvolvimento. Iniciativas em prol dos direitos humanos, meio ambiente e segurança coletiva, todas empreendidas no âmbito da ONU, também costumam merecer, tradicionalmente, forte e ostensivo apoio dinamarquês.

No que concerne à reforma do CSNU, o ex-Secretário Permanente da Chancelaria dinamarquesa, Embaixador Friis Arne Petersen, manifestou o apoio dinamarquês aos membros do G-4 como membros permanentes do CSNU. A Dinamarca copatrocinou em 2005 o projeto de resolução do G-4 e, desde então, em renovadas gestões do G-4, tem reiterado esse apoio.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após sofrer forte depressão em 2009, a economia dinamarquesa está conseguindo superar efeitos recessivos pontuais. Em 2010, a Dinamarca cresceu 1,4% e, em 2011, a expansão observada foi de 1,1%. Ao longo do ano de 2012, todavia, a economia perdeu dinamismo e registrou decréscimo de 0,4% recuperando-se, logo em seguida, uma vez que, em 2013, a Dinamarca logrou expansão de 0,4%. Em relação ao ano de 2014, os dados do FMI mostram que o país registrou incremento de 1,5%, a mais alta taxa de expansão dos últimos seis anos. Nessas condições, o PIB nominal dinamarquês atingiu o patamar US\$ 347,2 bilhões. O país deverá continuar registrando evolução positiva e, assim, projeta-se o crescimento em torno de 1,8% a.a. ao longo do atual biênio 2015-2016. A recuperação em curso tem encontrado amparo em um cenário de baixa inflação e desemprego decrescente, que tendem a estimular o consumo privado. As condições monetárias tendem, igualmente, a estimular a atual recuperação em curso.

Embora não integre a zona do euro, a moeda local, a coroa dinamarquesa, é indexada à moeda europeia. Em 2013, a inflação média dinamarquesa foi de 0,8% e, em 2014, foi de 0,6%. Além disso, a autoridade monetária, o Nationalbank, tende a replicar as decisões do Banco Central Europeu (BCE). Nos últimos dois anos, a moeda dinamarquesa tem sido mais demandada, em razão da queda na confiança em relação ao euro. Para restringir a apreciação da moeda local, o banco central dinamarquês tem mantido os juros negativos e abaixo dos da zona do euro.

O principal desafio para a Dinamarca é dar sustentabilidade ao crescimento econômico em um cenário de recessão continental, ao mesmo tempo em que tenta manter o modelo de *welfare state*, com altos salários e pesada carga tributária. O nível de desemprego, variando entre 5,1 e 5,7% desde 2013, aumenta a complexidade desse nível de bem-estar social, à medida que a manutenção dos altos custos de manutenção social não são correspondidos pelo crescimento na geração de riqueza. Diante disso, o superávit fiscal de 3,4% do PIB em 2008 converteu-se em sucessivos déficits a partir de 2009. O déficit do orçamento chegou a cerca de 4% do PIB em 2012 devido a medidas de estímulo fiscal e restituições do sistema de aposentadoria antecipada. Ainda que o déficit tenha sido de 1% e a relação dívida pública-PIB tenha alcançado 45% em 2013, as percentagens ainda são inferiores à média da União Europeia (déficit de 3% e dívida pública-PIB de 87%).

A produção de energia também é um desafio para a Dinamarca, em particular no contexto dos compromissos europeus de redução dos gases de efeito estufa e da necessidade de diversificação da matriz energética nacional. Como a Dinamarca não tem capacidade hidrelétrica e como sua legislação

proíbe totalmente o desenvolvimento de usinas nucleares, o país depende significativamente do carvão, que, até 2010, representava quase 44% das fontes de energia utilizadas. Desde a crise do petróleo, em 1973, sucessivos governos incentivaram o desenvolvimento da energia renovável, a exploração do petróleo e gás no Mar do Norte e o aprimoramento da tecnologia e eficiência na distribuição e conservação de energia. Hoje em dia, o país é autossuficiente em energia e exporta petróleo, gás e eletricidade para Alemanha, Suécia e Noruega. O plano energético seguido pelo governo atual prevê que metade da eletricidade seja de origem eólica até 2020 e que, em 2050, toda a energia seja gerada de fontes renováveis.

Comércio exterior

Entre 2005 e 2014, as exportações dinamarquesas de bens registraram variação de 35,7%, passando de US\$ 81,8 bilhões, em 2005, a US\$ 111,0 bilhões no ano passado. No *ranking* do *International Trade Centre*, a Dinamarca figurou como 35º principal exportador, respondendo por 0,61% das exportações mundiais, e 36º principal importador, com 0,52% das importações mundiais.

O comércio exterior dinamarquês é fortemente concentrado na Europa. Em 2014, foram os seguintes os cinco principais mercados de destino para a oferta dinamarquesa: Alemanha (18,0% de participação); Suécia (11,6%); Reino Unido (7,8%); Estados Unidos (6,6%); e Noruega (6,6%). O Brasil foi o 22º mercado de destino, com participação de 0,8% no total das exportações. Em relação à composição da oferta, os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2014 foram: máquinas e aparelhos mecânicos (13,8% do total); produtos farmacêuticos (11,0%); máquinas e instrumentos elétricos (9,4%); combustíveis e lubrificantes (7,4%); e carnes (4,1%). A pauta ofertada mostra forte presença de itens de maior intensidade tecnológica, como é o caso, por exemplo, dos produtos farmacêuticos.

Em relação à demanda, as importações de bens passaram de US\$ 72,7 bilhões, em 2005, a US\$ 99,2 bilhões, em 2014. Os principais países fornecedores da Dinamarca foram: Alemanha (participação de 20,6% no total geral); Suécia (12,3%); Países Baixos (7,6%); China (6,9%); e Noruega (6,8%). O Brasil foi o 24º supridor da Dinamarca, com participação de 0,6% no total das aquisições externas desse país. Em relação à composição da demanda, os principais bens importados são: máquinas e aparelhos mecânicos (12,3% de participação no total); máquinas e instrumentos elétricos (9,1%); combustíveis e lubrificantes (8,5%); veículos e autopeças (6,8%); e produtos farmacêuticos (4,7%).

A Dinamarca registra posição tradicionalmente favorável em sua balança comercial de bens. Nessas condições, em 2014, por exemplo, o superávit comercial dinamarquês somou US\$ 11,7 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA DINAMARCA

Anos	Eventos
700	Começa o processo de unificação do país.
987	O processo de unificação foi concluído sob Haroldo I, o Dente Azul. O soberano, sob pressão política da igreja alemã, converteu-se ao Cristianismo.
1350	A Peste Negra dizimou a população.
1397	Estabelecida a União de Kalmar, reunindo a Dinamarca, a Noruega e a Suécia sob a liderança da Rainha Margrethe I, filha de Valdemar IV da Dinamarca.
1523	Fim da União com a secessão da Suécia, sob Gustav I Vasa.
1536	A Dinamarca adota a reforma luterana.
1629	Derrota de Cristian IV na Guerra dos Trinta Anos contra a Suécia.
1661	A monarquia eletiva, dominada pela aristocracia, é substituída pelo sistema hereditário.
1801 e 1807	Ataques ingleses a Copenhague pela recusa em tomar partido nas Guerras Napoleônicas.
1814	Fim da união da Dinamarca e da Noruega.
1863	Bismarck declara guerra à Dinamarca que, derrotada, cede três ducados à Alemanha.
1914	A Dinamarca permanece neutra durante a I Guerra Mundial.
1940	A Alemanha invade a Dinamarca, até então neutra na II Guerra Mundial.
1940	Partido Social Democrata, no poder, desenvolve programa de cooperação com a Alemanha.
1943	Resistência popular, com apoio externo britânico, comprometeu as bases de convivência com o regime nazista.
1945	Ao final do conflito, a Dinamarca foi oficialmente reconhecida como país aliado.
1945	Convidada a se tornar Estado fundador das Nações Unidas.
1945	Tornou-se membro da OTAN, encerrando assim a política de neutralidade.
1948	Com o apoio financeiro do Plano Marshall, o país iniciou programa de modernização da agricultura.
1960	É introduzido programa de previdência social, caracterizado por benefícios abrangentes, financiados por meio de política de impostos elevados, a qual deu origem ao conhecido modelo da “sociedade do bem estar”, difundido em toda a Escandinávia.
1972	Rainha Margrethe II ocupa o trono dinamarquês.
1973	Adesão à União Europeia.
2000	Em referendo para adoção do euro, 53,1% dos votantes manifestaram sua preferência por manter a Coroa dinamarquesa como moeda nacional.
2001	Eleições parlamentares. Vitória do Partido Liberal. Anders Fogh

	Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro.
2005	Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen é reeleito.
2007	Retirada das tropas dinamarquesas do Iraque.
2009	Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen deixa o cargo para assumir a direção da OTAN.
2009	Lars Løkke Rasmussen assume o cargo de Primeiro-Ministro.
2011	Helle Thorning-Schmidt assume o cargo de Primeira-Ministra.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Anos	Eventos
1829	Abertura da Legação do Brasil em Copenhague.
1876	Viagem particular do Imperador D. Pedro II à Dinamarca.
1911	Convenção de Arbitragem.
1966	Acordo Básico de Cooperação Técnica.
1969	Acordo sobre Transportes Aéreos.
1974	Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda.
1979	Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial.
1986	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.
1999	Visita de Estado da Rainha Margrethe II ao Brasil, primeira visita no nível de Chefe de Estado.
2006	Visita ao Brasil do Ministro da Economia e Negócios, Bendt Bendtsen, em julho.
2007	Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de mudança de clima e de desenvolvimento e execução de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.
2007	Visita do Primeiro-Ministro Anders Fogh Rasmussen ao Brasil, em abril.
2007	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Dinamarca, em setembro.
2009	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em outubro, para participar das eleições que levaram à escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.
2009	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Copenhague, em dezembro, para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15).
2010	Visita do Príncipe Joachim ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
2012	Visita do Príncipe Herdeiro Frederik ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
2012	Visita da Primeira-Ministra Helle-Thorning Schmidt ao Brasil, em junho, para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

ATOS BILATERAIS

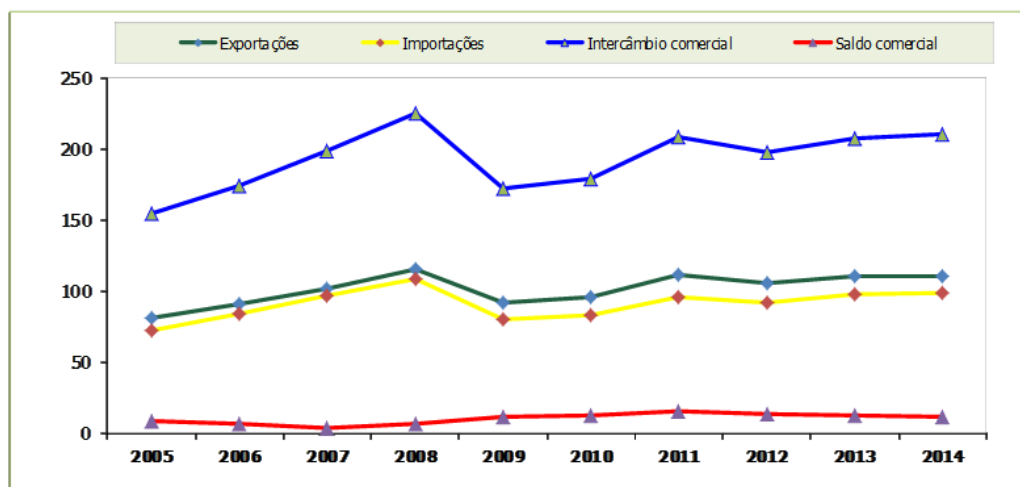
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
--------	--------------------	------------------

Convenção de Arbitragem	27/11/1911	12/01/1916
Acordo sobre Malas Diplomáticas	29/04/1929	01/05/1929
Acordo de Assistência Recíproca a Doentes das Faculdades Mentais	05/08/1932	05/08/1932
Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes	21/07/1953	21/07/1953
Acordo Básico de Cooperação Técnica	25/02/1966	27/12/1966
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	26/09/1969
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos	18/03/1969	18/03/1969
Acordo que estabelece um Mecanismo de Consulta entre as Autoridades Governamentais da Dinamarca e do Brasil sobre Transporte Marítimo Internacional	29/03/1972	29/03/1972
Acordo de Radioamadorismo	16/01/1974	16/01/1974
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	27/08/1974	05/12/1974
Troca de Notas determinando a entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos	17/12/1976	17/12/1976
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	05/02/1979	05/02/1979
Troca de Notas colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre o Brasil e os Países Escandinavos, assinada em 29 de agosto de 1975	30/10/1979	30/10/1979
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	09/06/1986	20/12/1989
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	22/03/1994	09/12/1995
Memorando de Entendimento na área de Energias Renováveis e Eficiência Energética	13/09/2007	18/9/2009
Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Dinamarca Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, Celebrada em Copenhague em 27 de Agosto de 1974	23/03/2011	Em trâmite na Casa Civil

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do Comércio Exterior da Dinamarca							
US\$ bilhões							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2013
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	82	9,4%	73	8,8%	154	9,1%	9
2006	91	10,8%	84	15,8%	175	13,2%	6
2007	102	12,1%	97	15,7%	199	13,9%	4
2008	116	14,0%	109	12,0%	225	13,1%	7
2009	92	-20,8%	80	-26,4%	172	-23,5%	11
2010	96	28,1%	83	24,4%	179	26,4%	13
2011	112	16,9%	96	16,0%	208	16,4%	15
2012	106	-5,2%	92	-4,3%	198	-4,8%	14
2013	110	4,0%	98	5,7%	208	4,8%	13
2014	111	0,5%	99	1,7%	210	1,1%	12
Var. % 2005-2014	35,7%	n.c.	36,5%	n.c.	36,1%	n.c.	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

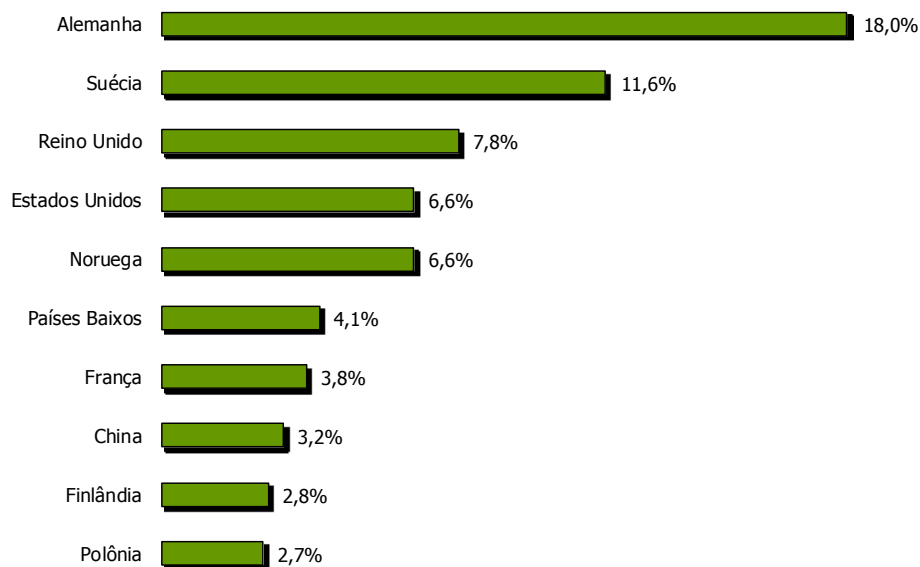


Direção das Exportações da Dinamarca
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Alemanha	20,0	18,0%
Suécia	12,9	11,6%
Reino Unido	8,7	7,8%
Estados Unidos	7,4	6,6%
Noruega	7,4	6,6%
Países Baixos	4,6	4,1%
França	4,2	3,8%
China	3,6	3,2%
Finlândia	3,1	2,8%
Polônia	3,0	2,7%
...		
Brasil (22ª posição)	0,9	0,8%
Subtotal	75,6	68,1%
Outros países	35,4	31,9%
Total	111,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais destinos das exportações

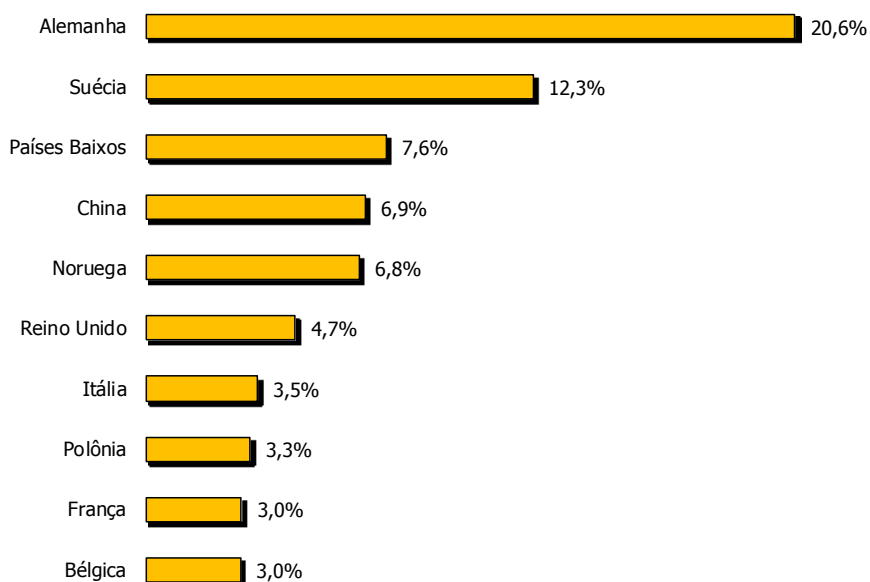


Origem das Importações da Dinamarca
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Alemanha	20,41	20,6%
Suécia	12,18	12,3%
Países Baixos	7,56	7,6%
China	6,90	6,9%
Noruega	6,71	6,8%
Reino Unido	4,70	4,7%
Itália	3,52	3,5%
Polônia	3,28	3,3%
França	3,02	3,0%
Bélgica	2,99	3,0%
...		
Brasil (24ª posição)	0,62	0,6%
Subtotal	71,87	72,4%
Outros países	27,42	27,6%
Total	99,28	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais origens das importações

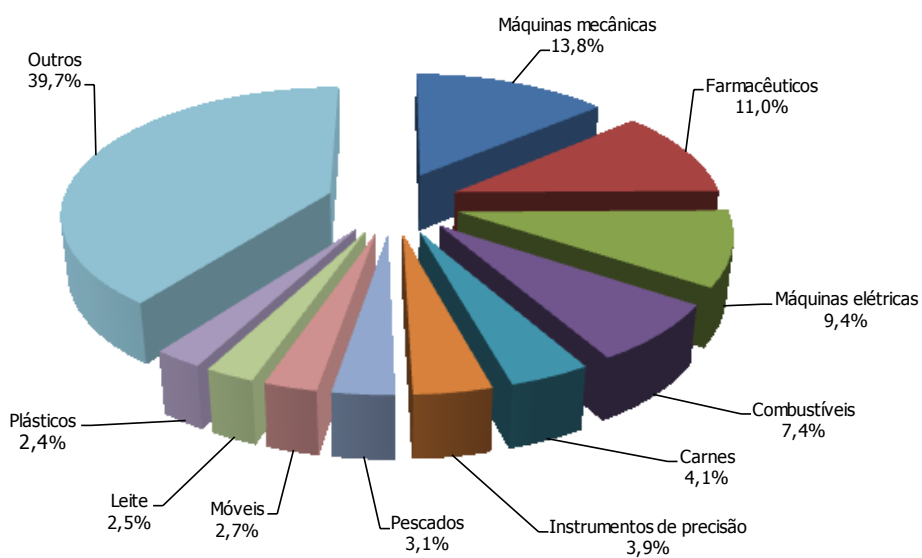


Composição das exportações da Dinamarca US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas mecânicas	15,35	13,8%
Farmacêuticos	12,22	11,0%
Máquinas elétricas	10,44	9,4%
Combustíveis	8,19	7,4%
Carnes	4,52	4,1%
Instrumentos de precisão	4,36	3,9%
Pescados	3,41	3,1%
Móveis	2,96	2,7%
Leite	2,74	2,5%
Plásticos	2,72	2,4%
Subtotal	66,89	60,3%
Outros	44,09	39,7%
Total	110,98	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

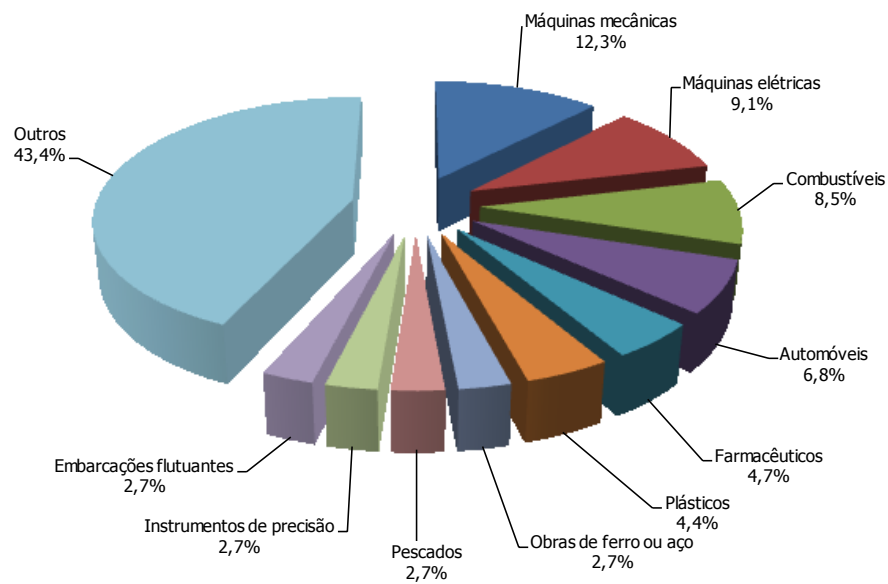


Composição das importações da Dinamarca US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas mecânicas	12,18	12,3%
Máquinas elétricas	9,04	9,1%
Combustíveis	8,40	8,5%
Automóveis	6,79	6,8%
Farmacêuticos	4,69	4,7%
Plásticos	4,41	4,4%
Obras de ferro ou aço	2,70	2,7%
Pescados	2,69	2,7%
Instrumentos de precisão	2,67	2,7%
Embarcações flutuantes	2,66	2,7%
Subtotal	56,21	56,6%
Outros	43,08	43,4%
Total	99,28	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, March 2015.

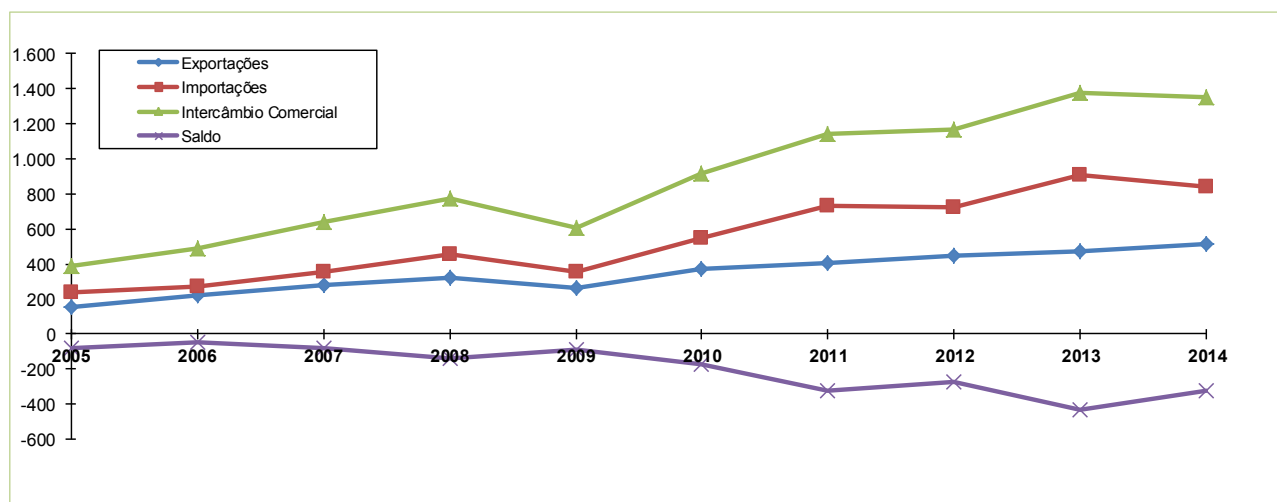
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Dinamarca
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	152	18,5%	0,13%	237	26,1%	0,32%	389	23,1%	0,20%	-85
2006	220	44,8%	0,16%	268	12,8%	0,29%	487	25,3%	0,21%	-48
2007	279	27,1%	0,17%	357	33,6%	0,30%	637	30,6%	0,23%	-78
2008	320	14,6%	0,16%	457	27,8%	0,26%	777	22,0%	0,23%	-136
2009	258	-19,5%	0,17%	351	-23,1%	0,27%	609	-21,6%	0,22%	-93
2010	368	42,6%	0,18%	544	54,9%	0,30%	912	49,7%	0,24%	-176
2011	408	11,0%	0,16%	733	34,7%	0,18%	1.141	25,1%	0,24%	-325
2012	447	9,5%	0,18%	722	-1,4%	0,32%	1.169	2,5%	0,25%	-276
2013	472	5,7%	0,20%	906	25,3%	0,38%	1.378	17,8%	0,29%	-434
2014	516	9,4%	0,23%	838	-7,5%	0,37%	1.354	-1,7%	0,30%	-321
2015 (jan-fev)	61	-20,7%	0,24%	120	-9,5%	0,38%	181	-13,6%	0,31%	-59
Var. % 2005-2014	240,0%	n.c.	n.c.	253,0%	n.c.	n.c.	247,9%	n.c.	n.c.	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

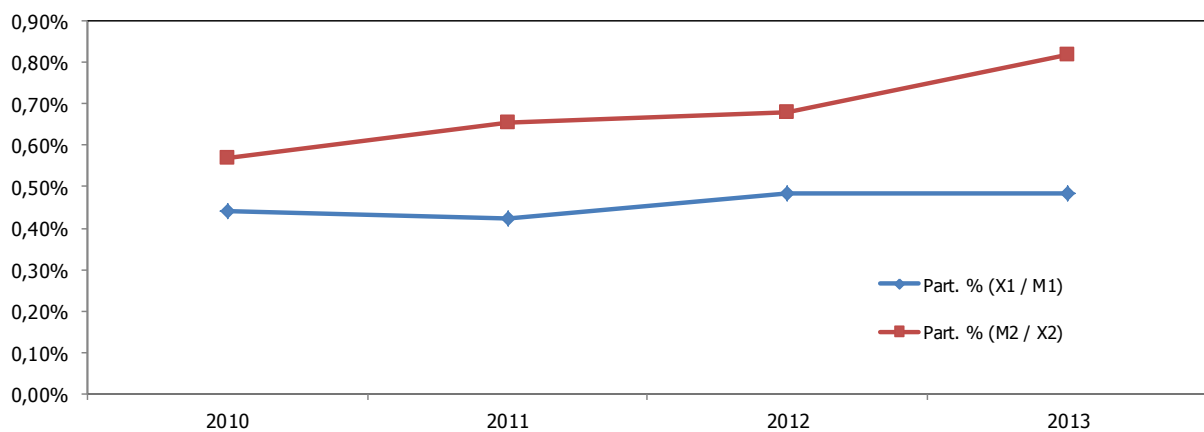


Part. % do Brasil no Comércio da Dinamarca⁽¹⁾
US\$ milhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Dinamarca (X1)	368	408	447	472	516	40,4%
Importações totais da Dinamarca (M1)	83.162	96.437	92.297	97.590	99.284	19,4%
Part. % (X1 / M1)	0,44%	0,42%	0,48%	0,48%	0,52%	17,6%
Importações do Brasil originárias da Dinamarca (M2)	544	733	722	906	838	53,9%
Exportações totais da Dinamarca (X2)	95.759	111.902	106.126	110.416	110.978	15,9%
Part. % (M2 / X2)	0,57%	0,65%	0,68%	0,82%	0,75%	32,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

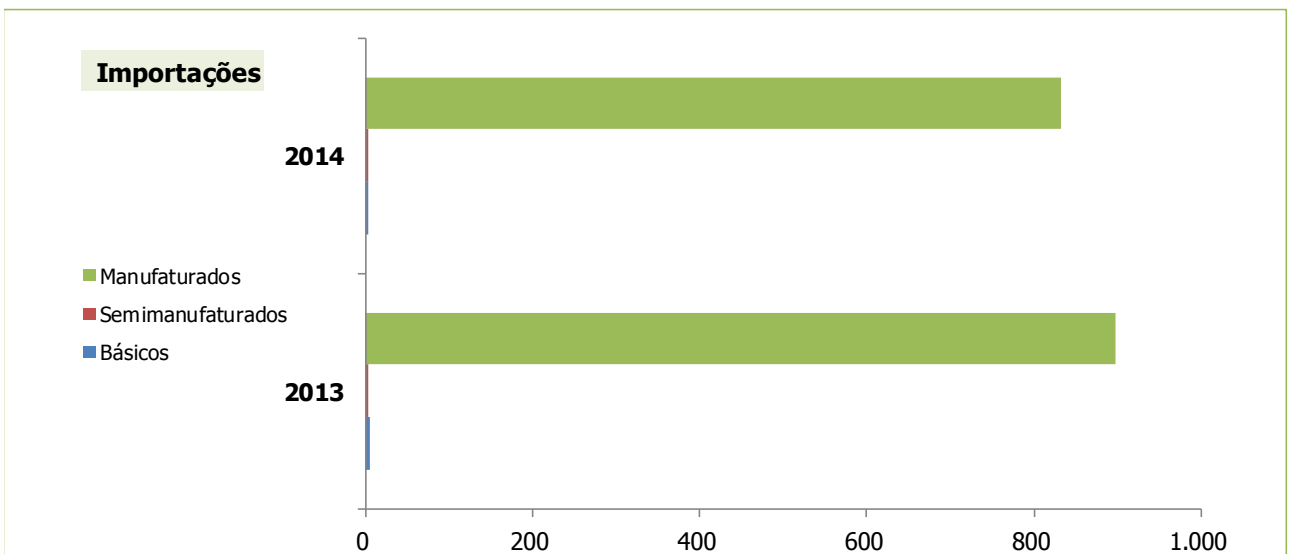
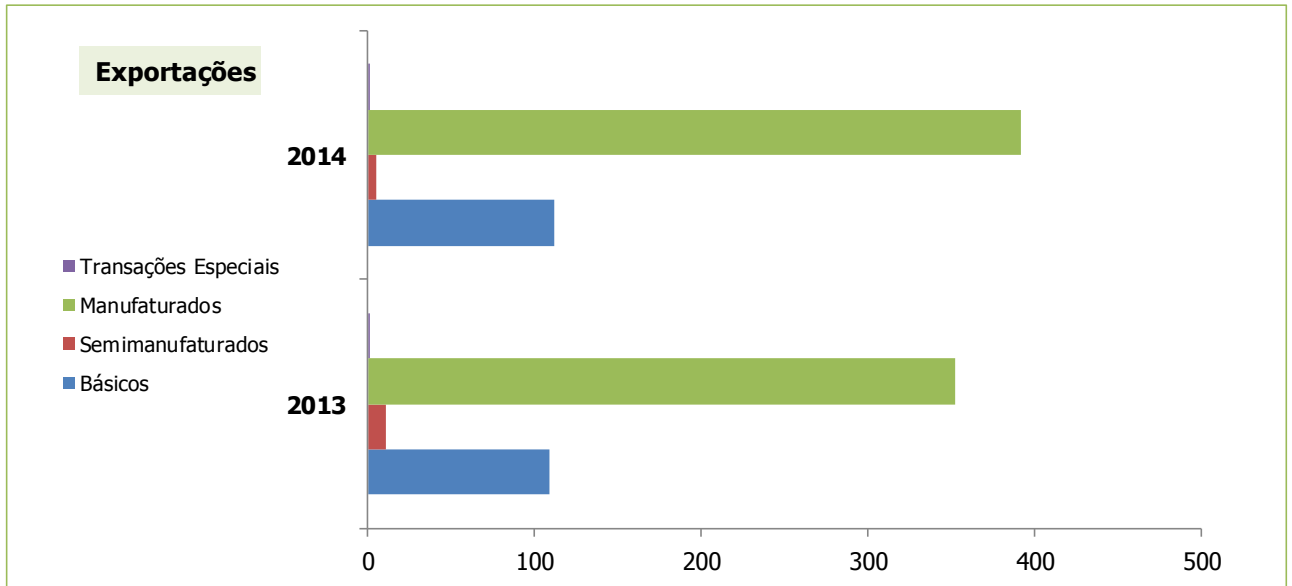
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ milhões

Comparativo 2014 com 2013



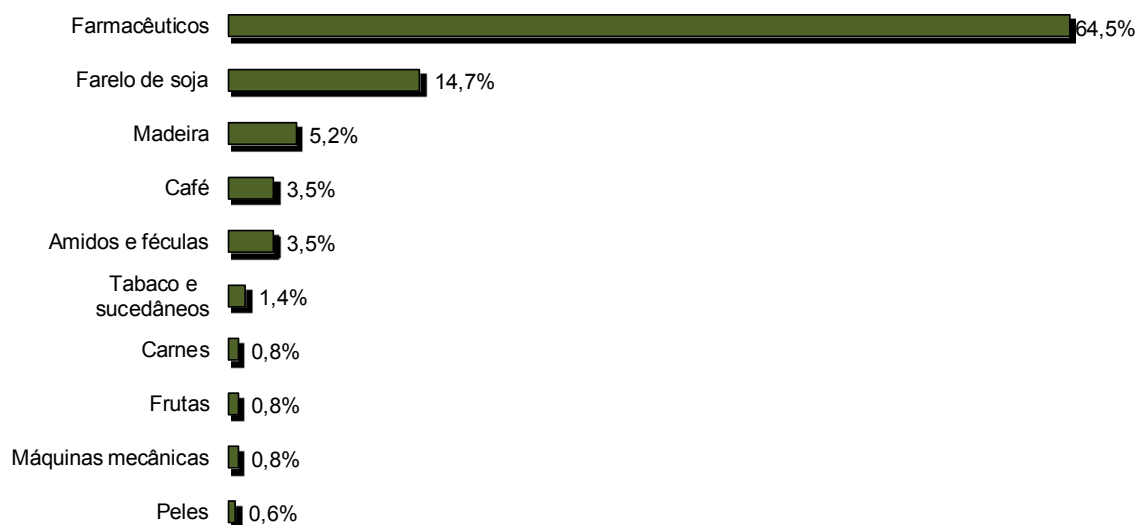
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Dinamarca
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Farmacêuticos	283,0	63,4%	304,0	64,4%	333,0	64,5%
Farelo de soja	70,0	15,7%	83,0	17,6%	76,0	14,7%
Madeira	16,0	3,6%	17,0	3,6%	27,0	5,2%
Café	17,0	3,8%	11,0	2,3%	18,0	3,5%
Amidos e féculas	9,0	2,0%	9,0	1,9%	18,0	3,5%
Tabaco e sucedâneos	7,0	1,6%	9,0	1,9%	7,0	1,4%
Carnes	2,0	0,4%	2,0	0,4%	4,0	0,8%
Frutas	2,0	0,4%	2,0	0,4%	4,0	0,8%
Máquinas mecânicas	3,0	0,7%	5,0	1,1%	4,0	0,8%
Peles	6,0	1,3%	7,0	1,5%	3,0	0,6%
Subtotal	415,0	92,9%	449,0	95,1%	494,0	95,6%
Outros produtos	31,6	7,1%	23,0	4,9%	22,5	4,4%
Total	446,6	100,0%	472,0	100,0%	516,5	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

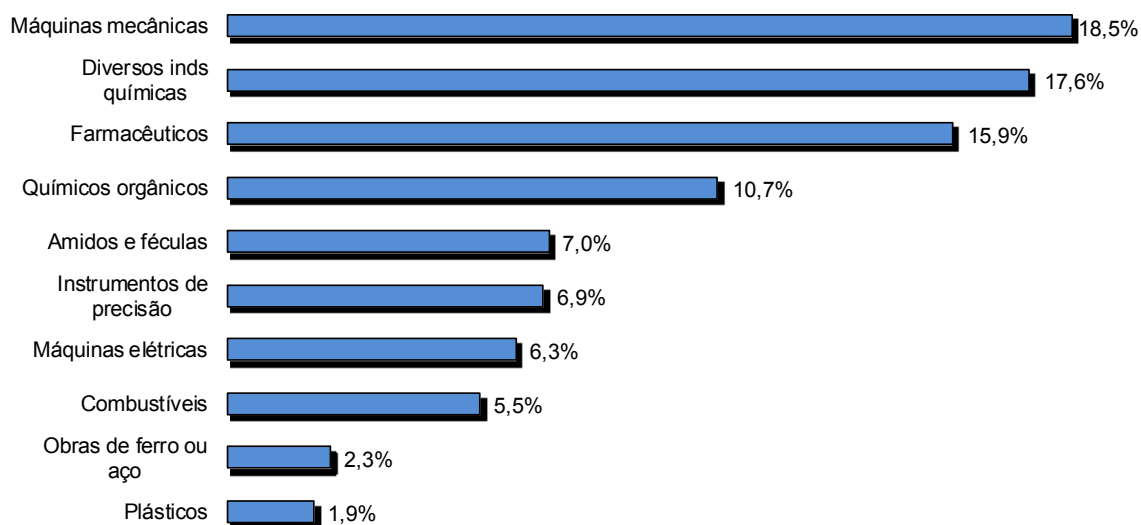


Composição das importações brasileiras originárias da Dinamarca
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	135,0	18,7%	158,0	17,4%	155,0	18,5%
Diversos inds químicas	79,0	10,9%	120,0	13,3%	147,0	17,6%
Farmacêuticos	129,0	17,9%	175,0	19,3%	133,0	15,9%
Químicos orgânicos	104,0	14,4%	107,0	11,8%	90,0	10,7%
Amidos e féculas	54,0	7,5%	50,0	5,5%	59,0	7,0%
Instrumentos de precisão	65,0	9,0%	60,0	6,6%	58,0	6,9%
Máquinas elétricas	64,0	8,9%	130,0	14,4%	53,0	6,3%
Combustíveis	0,0	0,0%	0,1	0,0%	46,4	5,5%
Obras de ferro ou aço	18,0	2,5%	27,0	3,0%	19,0	2,3%
Plásticos	16,0	2,2%	17,0	1,9%	16,0	1,9%
Subtotal	664,0	91,9%	844,1	93,2%	776,4	92,7%
Outros produtos	58,5	8,1%	61,5	6,8%	61,1	7,3%
Total	722,5	100,0%	905,6	100,0%	837,6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Março 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Farmacêuticos	51,9	67,3%	32,6	53,3%	Farmacêuticos 32,6
Farelo de soja	13,0	16,9%	9,4	15,4%	Farelo de soja 9,4
Amidos e féculas	1,2	1,5%	6,9	11,3%	Amidos e féculas 6,9
Madeira	3,0	3,9%	4,1	6,8%	Madeira 4,1
Café	1,5	2,0%	3,4	5,6%	Café 3,4
Máquinas mecânicas	0,6	0,7%	0,7	1,2%	Máquinas mecânicas 0,7
Óleos essenciais	0,5	0,6%	0,5	0,8%	Óleos essenciais 0,5
Calçados	0,5	0,7%	0,5	0,8%	Calçados 0,5
Obras de pedra, gesso, cimentc	0,6	0,8%	0,4	0,6%	Obras de pedra, gesso, cimento 0,4
Máquinas elétricas	0,6	0,8%	0,4	0,6%	Máquinas elétricas 0,4
Subtotal	73,4	95,2%	59,0	96,5%	
Outros produtos	3,7	4,8%	2,2	3,5%	
Total	77,1	100,0%	61,2	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-fev)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-fev)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015
Importações					
Farmacêuticos	30,5	22,9%	38,8	32,3%	Farmacêuticos 38,8
Máquinas mecânicas	21,8	16,4%	20,5	17,0%	Máquinas mecânicas 20,5
Químicos orgânicos	12,9	9,7%	14,8	12,3%	Químicos orgânicos 14,8
Diversos inds químicos	22,8	17,2%	10,7	8,9%	Diversos inds químicos 10,7
Instrumentos de precisão	11,6	8,7%	9,6	8,0%	Instrumentos de precisão 9,6
Amidos e féculas	12,0	9,0%	9,4	7,8%	Amidos e féculas 9,4
Máquinas elétricas	4,9	3,7%	3,4	2,8%	Máquinas elétricas 3,4
Obras de ferro ou aço	3,8	2,9%	2,3	1,9%	Obras de ferro ou aço 2,3
Plásticos	3,1	2,4%	2,0	1,6%	Plásticos 2,0
Tecidos especiais	0,1	0,1%	1,5	1,3%	Tecidos especiais 1,5
Subtotal	123,4	92,9%	113,0	93,9%	
Outros produtos	9,5	7,1%	7,3	6,1%	
Total	132,9	100,0%	120,3	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aikweb, Março 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa II

LITUÂNIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Lituânia
CAPITAL	Vilnius
ÁREA	65.300 km ²
POPULAÇÃO	2.944.459 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Lituano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos romanos (79%); ortodoxos (4%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (<i>Seimas</i>), com 141 representantes eleitos para mandato de quatro anos
CHEFE DE ESTADO	Presidenta Dalia Grybauskaitė (desde 2009)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Algirdas Butkevičius (2012)
CHANCELER	Linas Linkevičius (2013)
PIB NOMINAL (2014)	US\$ 45,931 bilhões (Banco Mundial)
PIB PPP (2014)	US\$ 72,566 bilhões (Banco Mundial)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2014)	US\$ 15.538,00 (Banco Mundial)
PIB PPP <i>per capita</i> (2014)	US\$ 24.550,00 (Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB	3,3% (2013); e 2,9% (2014) (Banco Mundial)
IDH (2014)	0,834 – 35ª posição entre 185 países
EXPECTATIVA DE VIDA (2014)	72,1 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2014)	99,7% (PNUD)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015)	18,2% (EUROSTAT)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 10 pessoas
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões; MDIC, 2015)								
BRASIL → LITUÂNIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	71,643	117,865	179,249	126,294	62,521	77,667	148,294	76,981
Exportações	68,854	61,415	175,995	66,161	53,213	50,513	114,827	42,933
Importações	1,788	56,450	3,299	60,434	9,308	27,153	33,466	34,048
Saldo	68,065	4,964	172,695	5,727	43,905	23,360	81,360	8,884

PERFIS BIOGRÁFICOS

DALIA GRYBAUSKAITĖ
Presidenta da República



Nasceu em 1º de março de 1956, em Víliaus, então República Socialista Soviética da Lituânia. Graduada em Economia Política pela Universidade de Leningrado e Doutora em Ciências Sociais pela Academia de Ciências Públicas de Moscou. Em 1991, concluiu Curso Especial para Executivos da Universidade de Georgetown, Estados Unidos (EUA).

Foi Diretora de Programas do Gabinete do Primeiro-Ministro da Lituânia, em 1991. No mesmo ano, foi nomeada Diretora do Departamento de Europa do Ministério das Relações Econômicas Internacionais. Assumiu, em 1993, o cargo de Diretora do Departamento de Relações Econômicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, em 1994, foi designada como Embaixadora da Lituânia junto à União Europeia.

Embaixadora nos EUA de 1996 a 1999; Vice-Ministra das Finanças de 1999 a 2000; Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros de 2000 a 2001; Ministra das Finanças, de 2001 a 2004. Em 2004, foi designada Comissária da UE, responsável por planeamento e orçamento.

Anunciou sua candidatura às eleições presidenciais em 26/2/2009 e foi eleita, em primeiro turno, em 17/5/2009, e reeleita em 25/5/2014.

ALGIRDAS BUTKEVIČIUS
Primeiro-Ministro da República da Lituânia



Nasceu em 19/11/1958, em Radviliškis, então República Socialista Soviética da Lituânia. Graduado pela Faculdade de Economia da Universidade Técnica de Vílnius Gediminas e a Academia de Negócios da Lituânia. Mestre em Administração pela Universidade Técnica de Kaunas. Realizou estágios na Alemanha, nos Estados Unidos e na Dinamarca. Em 2008, concluiu doutorado em ciências sociais.

Iniciou sua carreira profissional junto à cooperativa de produtores de sua cidade, Vilkaviškis, de 1982 a 1985. Trabalhou como economista de engenharia do Comitê Executivo de Vilkaviškis e como inspetor estatal de construção e arquitetura entre 1985 e 1990. Foi Vice-Prefeito de Vilkaviškis de 1991 a 1995. Atuou como diretor de *marketing* na empresa AB Vilkauta em 1995 e 1996.

É membro do Partido Social Democrata desde 1992. Foi eleito para o Parlamento lituano em 1996 e reeleito por quatro mandatos consecutivos. No Parlamento, tem sido membro do Comitê de Finanças e Orçamento, o qual presidiu no período 2008-2009, e foi vice-presidente no período 2009-2012. Atuou também no Comitê de Assuntos Europeus (2005-2006) e no Comitê Econômico (2006-2008). É o líder de seu partido desde 2009. Foi Ministro das Finanças de 2004 a 2005 e Ministro dos Transportes de 2006 a 2008. Sua indicação para Primeiro-Ministro foi aprovada em 22/11/2012.

LINAS LINKEVIČIUS
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em 6/1/1961 em VÍlnius, então República Socialista Soviética da Lituânia. Graduou-se em Engenharia pelo Instituto Politécnico de Kaunas.

Atuou em organizações da juventude comunista na Lituânia entre 1983 e 1989. Em 1990, dirigiu o Comitê Central do Partido Comunista Independente da Lituânia. Em 1992, foi eleito para o Parlamento lituano.

Entre 1992 e 1993, foi vice-presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Chefe da Delegação Parlamentar Lituana à Assembleia do Atlântico Norte da OTAN. Em 1993, com apenas 32 anos, foi designado Ministro da Defesa.

Em 1997, foi designado Conselheiro do Ministro dos Negócios Estrangeiros. No mesmo ano, foi nomeado Embaixador da Lituânia junto à OTAN e à União Europeia Ocidental (WEU). Com o ingresso da Lituânia na OTAN, em 2004, assumiu a representação permanente do país no Conselho do Atlântico Norte, até 2011. Nesse ano, tornou-se Embaixador, assumindo a chefia do Departamento de Política de Segurança e Cooperação Transatlântica da Chancelaria. Em 2012, foi nomeado Embaixador em Minsk, na Belarus.

Em 13/12/2013, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Realizou visita ao Brasil entre os dias 7 e 11 de abril.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da Lituânia em 9 de dezembro de 1921. O Rio de Janeiro abrigou, até 1961, uma das poucas Embaixadas lituanas no exterior.

Em novembro de 2002, o então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, realizou a única visita de Chanceler brasileiro à Lituânia, ocasião em que manteve encontro com o Presidente da República Valdas Adamkus. Em julho de 2008, Adamkus visitou o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. A Presidenta Dalia Grybauskaitė participou da Conferência Rio+20, em junho de 2012, ocasião em que copresidiu mesa redonda no segmento de alto nível da Conferência, e tomou parte da "Cúpula de Mulheres Líderes", evento organizado pela ONU Mulheres.

Em abril de 2014, o Primeiro-Ministro Algirdas Butkevičius anunciou, em entrevista à radio nacional LRT, sua intenção de abrir Embaixadas no Brasil. O Consulado-Geral da Lituânia em São Paulo, em funcionamento desde 2012, acumula, no presente, funções de representação, na medida em que a Embaixada em Buenos Aires, cumulativa com o Brasil, encerrou suas atividades em 31/12/2012.

O comércio bilateral apresenta números oscilantes, e demonstra inexistir um padrão estável de trocas comerciais entre os dois países. Em 2009, atingiu a alta histórica de US\$ 180 milhões, e, depois de retração de mais de 50% em 2011, ascendeu em 2012 e 2013 para US\$ 150 milhões. Em 2014, observou-se novamente forte retração, e o intercâmbio total alcançou pouco menos de US\$ 77 milhões, em razão do decréscimo das exportações brasileiras, que caíram de US\$ 115 milhões no ano anterior para US\$ 43 milhões em 2014.

Em 2014, os principais produtos exportados pelo Brasil foram fumo (32,9% da pauta), carnes (9,5%) e café (8,2%). Mais de $\frac{3}{4}$ das exportações lituanas compõem-se de obras de ferro ou aço, e os demais produtos não alcançam, cada um, 2,5%, em sua maioria manufaturas ou semimanufaturas.

Em junho de 2013, a Embraer anunciou a venda de dois E-Jets para a *Air Lituania* durante o Salão Aeronáutico de Paris, dos quais um já foi entregue. A operadora lançou serviços aéreos regulares naquele mesmo mês, com um E170 arrendado da *Estonian Air* e um E175, arrendado da *ECC Leasing Company*, subsidiária integral da Embraer.

A Lituânia tem interesse em exportar pescado para o Brasil. Após intenso intercâmbio de informações técnicas, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realizou missão àquele país, em outubro de 2013, e produziu relatório em que suscitava novas questões. Em maio de 2014, delegação brasileira chefiada pelo Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Pedro Wendler, foi recebida na Embaixada da Lituânia em Copenhague para tratar de assuntos comerciais com o Vice-Ministro da Agricultura, Mindaugas Kuklierius, e a Diretora do Departamento de Exportações do *Enterprise Lithuania*, Jurgita Butkeviciene. Durante o encontro, a parte lituana apresentou relatório em que respondia aos questionamentos do MAPA. Em fevereiro de 2015, o Ministério da Pesca e Aquicultura comunicou formalmente estar a Lituânia dispensada dos procedimentos de equivalência sanitária, o que permitirá ao País iniciar as exportações ao Brasil dos produtos mencionados.

A Lituânia tem outras demandas relativas a pedidos de permissão de exportação de produtos para o Brasil. Estariam em andamento pedidos referentes a laticínios e caracóis comestíveis, e os lituanos pretendem solicitar permissão de exportação para o Brasil de carnes e embutidos.

Foram propostos pelo lado lituano acordos sobre Assistência Mútua em Matéria Penal e sobre a Transferência de Presos. Acordos da área judiciária

são de interesse lituano em virtude da existência de cidadãos presos no Brasil, em grande parte, por tráfico de drogas. Ambos os acordos estão sob análise do Ministério da Justiça.

Em março de 2015, o Brasil encaminhou ao governo lituano contraproposta de Memorando de Cooperação em Comércio e Investimentos, originalmente apresentado ao Governo brasileiro em fevereiro, o qual prevê a criação de Grupo de Trabalho bilateral.

Em abril de 2015, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Lituânia realizou a primeira visita de um Chanceler lituano ao Brasil. Na ocasião, reuniu-se com o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e com o Ministro, interino, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho. Em sua passagem por São Paulo, inaugurou oficialmente o Consulado-Geral da Lituânia e liderou missão empresarial em eventos na FIESP e na feira AUTOMECC.

Assuntos consulares

O Brasil mantém um Consulado Honorário em Viena. A comunidade brasileira no país é estimada em cerca de dez pessoas, em sua maioria dedicada ao futebol.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registros de concessão de créditos oficiais do Governo brasileiro a tomar soberano na Lituânia.

POLÍTICA INTERNA

Desde a independência, as principais forças políticas na Lituânia são: *i*) uma esquerda pós-comunista ainda forte, que atualizou sua doutrina e se beneficia da militância partidária tradicional e dos movimentos de base; *ii*) um movimento de centro-direita baseado no apelo nacionalista, nos valores tradicionais e na força de personalidades; e *iii*) uma considerável parcela do eleitorado inclinada ao voto populista. A dinâmica gerada por estes elementos desemboca num quadro marcado pelo voto de protesto (em quase todas as eleições, o Governo em exercício perdeu) e pela instabilidade (foram 15 Governos desde a independência e apenas o último completou seu mandato até o final de um mesmo período legislativo).

Dois grandes partidos dominam a cena política lituana: o esquerdista Partido Social Democrata Lituano e o conservador União Patriótica. Desde a última década, os Liberais procuram se estabelecer como terceira força, mas seu apoio se limita às populações das grandes cidades.

Ao lado desses "partidos convencionais" figuram os chamados "partidos personalistas", com destaque para o Ordem e Justiça, liderado pelo ex-Presidente Rolandas Paskas (2003-2004, deposto por *impeachment*) e o Partido Trabalhista, do empresário russo Viktor Uspaskich.

A divisão entre "convencionais" e "personalistas" é tão importante na cena política nacional quanto a tradicional "esquerda" vs. "direita". Os detratores dos partidos convencionais criticam-nos como grupos encastelados no poder pela corrupção, e os oponentes das agremiações personalistas atacam-nos como populistas e demagogos.

A relação com a Rússia é fator divisivo na política doméstica da Lituânia. A ala política liberal argumenta que, além das práticas agressivas da Gazprom, a Rússia contaria na Lituânia com uma ativa rede de empresários

locais que defenderiam, na verdade, interesses russos. Os políticos liberais consideram que a Rússia interfere em assuntos internos prioritários (energia), ao passo que os setores "pró-russos" declaram que há apenas a tentativa de culpar o país vizinho pelos insucessos do governo.

No sudeste do país, merece destaque a Ação Eleitoral dos Poloneses Lituanos, partido étnico que, embora sem muita projeção nacional, domina as municipalidades lituanas de maioria polonesa (que perfazem 6,6% da população do país).

O atual Primeiro-Ministro Algirdas Butkevičius enfrenta sérios desafios. Não apenas a coalizão de governo é instável, como também tem sido fortemente criticada, desde seu início, pela Presidenta Dalia Grybauskaitė. A Presidenta foi explicitamente contra a participação do Partido Trabalhista na coalizão, com manifestações que chegaram a ser classificadas por parte da imprensa como tentativa de interferir no sistema parlamentar de governo. Grybauskaitė é popular, em especial pelo seu combate à corrupção e pela retórica antirrusa. Logrou reeleger-se à presidência em 25/5/2014, com 57,9% dos votos do segundo turno.

Parlamento

O Parlamento lituano, ou *Seimas*, é composto por 141 representantes, eleito pelo voto direto para mandato de quatro anos. Setenta e um representantes são eleitos em voto distrital de maioria simples. Os demais são eleitos em âmbito nacional por voto proporcional.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa lituana é condicionada pelas relações com os vizinhos (Belarus, Letônia, Polônia e Rússia), bem como pela memória dos diversos períodos de ocupação do país, em especial a soviética. Com a recuperação da soberania (proclamação da independência em 11/6/1990), o país voltou-se para o Ocidente. Membro da União Europeia (UE) desde 2004, a Lituânia mantém posição fortemente atlanticista e europeísta.

A participação na UE trouxe elemento estabilizador ao país e a opção pela Europa continua a contar com o apoio da maioria da população e dos sucessivos governos. No segundo semestre de 2013, a Lituânia exerceu pela primeira vez a presidência rotativa da UE, e estabeleceu como prioridades de seu termo a segurança energética e a Parceria para o Leste.

O país tem participação ativa nos foros regionais que congregam os países ribeirinhos do Mar Báltico, a exemplo do Conselho Báltico de Ministros, a Assembleia Báltica, o Conselho dos Estados do Mar Báltico e o Nórdico-Báltico 8 (NB-8). A Lituânia procura afirmar-se como país centro-europeu, pela aliança com a Polônia, com quem compartilha laços históricos, religiosos e culturais que remontam à Idade Média. Se bem se tenham deteriorado nos últimos anos, em particular por conta das questões envolvendo a presença de respectivas minorias étnicas no país vizinho, as relações bilaterais polaco-lituanas são fundamentais para Vílnius, que dá sinais claros de tentar dar novo ânimo ao relacionamento bilateral, inclusive mediante a aproximação com o Grupo de Visegrád, que engloba, além da Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia.

As relações com a Rússia são delicadas, não só pelo passado de dominação, mas também pelos eventos recentes na Ucrânia. A localização dos países bálticos torna-os estratégicos para a segurança nacional russa,

particularmente no caso da Lituânia, que detém infraestruturas essenciais para a ligação entre a Rússia e o exclave russo de Kaliningrado, distante 400 km do território russo. O envolvimento da Rússia na crise da Ucrânia, em especial a anexação da Crimeia e o alegado apoio militar russo aos separatistas, reforça a percepção lituana de que a Rússia seria a principal ameaça a sua segurança nacional.

A questão das minorias étnicas recebe exposição alarmista na imprensa lituana, à luz da participação controversa dos representantes da minoria polonesa na coalizão de governo. Na verdade, a minoria russa representa apenas 5,8% da população do país e a minoria polonesa, 6,6% – pouco, se comparadas às minorias russas na Letônia e Estônia, em que representam mais de 25% da população. Mesmo representantes parlamentares da minoria russa afirmam que, desde a independência lituana, a população russófona optou pela cidadania lituana e "recomeçou sua história", de modo que não se detectaria diferença de tratamento em relação a outros cidadãos lituanos.

A preocupação com a política russa para a região motivou o Conselho de Defesa lituano a aprovar aumento do orçamento do Ministério da Defesa para 1,1% do PIB em 2015, com ênfase no aumento de tropas, aquisição de equipamento e armas e incremento na infraestrutura militar. O objetivo é que o orçamento militar alcance 2% do PIB (a meta da OTAN) em 2020. Adicionalmente, a Lituânia aderiu, em setembro, à Força Expedicionária Conjunta da OTAN.

A Lituânia é participante ativa e entusiasta da OTAN, não apenas pelo simbolismo do ingresso das ex-repúblicas soviéticas bálticas na Aliança, mas por se tratar de um dos maiores *defence consumers* da Aliança. Sob a égide da OTAN, caças dos países aliados estacionados na base aérea lituana de Šiauliai patrulham diariamente, desde 2004, o espaço aéreo dos países bálticos. Em 2015, a tarefa está a cargo de Bélgica, Espanha, Itália e Polônia.

A forte dependência energética da Lituânia à Rússia domina a agenda bilateral. A segurança energética do país ficou seriamente comprometida após o fechamento da usina nuclear de Ignalina, exigência para a admissão do país à UE. O encerramento da usina aumentou o grau de dependência do país, que passou a importar algo entre 70 e 80% de sua demanda de eletricidade da Rússia, da qual já importa praticamente todo o gás para consumo interno, a preços mais altos que os cobrados para os demais países da UE. Para os russos, por seu turno, preocupa a dependência de Kaliningrado a infraestruturas lituanas para receber gás e energia. Para contorná-las, a Rússia investe em projetos tais como o da usina nuclear *Baltic* em Kaliningrado e do gasoduto marítimo *Nord Stream*, entre Rússia e Alemanha (com participação majoritária da companhia energética estatal russa Gazprom), que permitirá a conexão com Kaliningrado sem passar por território lituano.

O embargo russo à importação de produtos agrícolas e alimentícios de países da UE também gerou grande preocupação na Lituânia. Em setembro, relatório do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) concluiu que a economia lituana deverá ser a mais afetada pelo embargo, no ambiente europeu, dado que a exportação para a Rússia representa 2,7% do PIB lituano, e que, em alguns setores como a hortifruticultura, o mercado russo chega a representar $\frac{3}{4}$ do total exportado. O governo lituano aprovou um plano de ação para minorar o impacto do embargo, que prevê a diversificação geográfica das exportações, por meio do apoio das autoridades lituanas na identificação de novos mercados e parceiros, a facilitação do acesso a recursos financeiros e o fortalecimento da representação econômica no exterior.

ECONOMIA

A Lituânia transformou com êxito sua economia após a independência. Em 2014, o PIB PPP *per capita* alcançou US\$ 24,550, acima dos índices de Letônia e Polônia e pouco abaixo da Estônia. A Lituânia posicionou-se como a 80.^a economia mundial em 2013. O país, ademais, apresenta bons resultados no índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas, que evoluiu de 0,696, em 1995, para 0,834 (alto desenvolvimento humano).

A crise financeira atingiu o país com particular severidade: em 2009, o PIB contraiu-se em -14,7%. O governo lituano aplicou política de austeridade que logrou boa recuperação: registrou crescimento do PIB de 1,3% em 2010, 6% em 2011, 3,7% em 2012, 3,3% em 2013 e 2,9% em 2014. Em poucos anos a Lituânia, como os demais países da região báltica, deixou de ter um dos piores resultados econômicos da UE para converter-se em modelo de sucesso das receitas orçamentárias e reformas estruturais ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela UE.

No primeiro minuto do dia 1/1/2015, o Primeiro-Ministro Algirdas Butkevičius liderou evento de celebração da adesão ao euro pela Lituânia. Em seu discurso, o Premiê considerou o euro como um garante da segurança política e econômica do país. Também presente no evento, o Ministro das Finanças Rimantas Sadzius lembrou que a adesão à moeda europeia concluiu a lista de objetivos da Lituânia quando se tornou independente: aderir à OTAN, à UE e ao euro.

Apesar das celebrações, as expectativas sobre o impacto da entrada na zona do euro são modestas. A Chancelaria lituana divulgou, no final de dezembro, mensagem de tom austero, em que reconhecia que a zona do euro está em dificuldades, com ameaça de deflação, alto índice de desemprego e razão dívida-PIB de mais de 90%. Por outro lado, afirmou que o euro facilitará o acesso do sistema bancário e financeiro do país a fundos do Banco Europeu, atrairá investidores, reduzirá o custo do crédito para o governo e promoverá o

comércio com o resto da Europa, o que é especialmente relevante neste momento de sanções contra a Rússia.

Ao entrar para o euro, a Lituânia precisará lidar com restrições financeiras e econômicas, que podem afetar as taxas de crescimento anual. Mais uma vez, porém, conforme ressaltado pelo Primeiro-Ministro, pela Chancelaria e por comentaristas lituanos, a motivação para aderir não é econômica, mas sim de segurança nacional.

Para alcançar os índices macroeconômicos que permitissem a adesão ao euro, a economia lituana recuperou-se da crise de 2008 e tem apresentado bom ritmo de crescimento. Permanece, porém, o desafio – para a sociedade e a economia lituanas – do decréscimo populacional. A taxa de natalidade na Lituânia vem diminuindo continuamente desde 1991 e, em 2014, chegou a apenas 1,29. No mesmo período, prossegue forte movimento de emigração. De acordo com o órgão oficial de estatística do país, mais de 39 mil cidadãos emigraram em 2013 e, desde 1990, deixaram o país 788 mil lituanos, quase 25% da população.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1009	Primeira menção histórica à Lituânia
Séc. IX	Incursões vikings
Séc. XII	Invasões mútuas entre Polônia e Lituânia
1236	Papa declara cruzada contra a Lituânia
1241	Invasões mongóis
1251	Mindaugas, governante da Lituânia, se converte ao cristianismo
1359	Lituânia captura Kiev
1370	Invasão lituana do Grão-Ducado de Moscou
1385	Conversão da Lituânia ao catolicismo
1410	Lituânia derrota Ordem dos Cavaleiros Teutônicos
1413	Lituânia é incorporada à Polônia
1503	Um terço do território lituano é cedido à Rússia
1569	União de Lublin forma a Comunidade Polono-Lituana
1655-61	Guerras Nórdicas: parte da Lituânia é ocupada pela Suécia
1795	Terceira partilha da Polônia: Lituânia é incorporada à Rússia e Prússia
1864	Russificação: idioma lituano é banido das escolas
1867	Início da emigração lituana: 20% da população deixaria o país até 1914
1905	'Grande Parlamento de Víliaus' reclama autonomia para a Lituânia
1915	Ocupação alemã
1918	Proclamação da independência (16/2)
1920	Admissão à Liga das Nações
1926	Golpe militar derruba governo
1940	Ocupação soviética; anexação à URSS (3/8)
1941	Ocupação nazista (24/6)
1944	Reocupação soviética (13/7)
1989	"Via Báltica": lituanos, letões e estonianos dão as mãos por 600 km
1990	Soviete Supremo da Lituânia proclama Restauração da Soberania (11/3)
1991	Referendo pela independência: 93% sim (9/2)
1993	Retirada das últimas tropas russas (31/8)
2004	Admissão à UE e à OTAN
2015	Admissão à zona do euro

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1866	Chegada dos primeiros imigrantes lituanos
1921	Brasil reconhece a independência da Lituânia (9/12)
1932	Acordo Comercial (11/11)
1937	Acordo Comercial Provisório (28/9)
	Tratado de Extradicação (28/9)
1961	Presidente Jânio Quadros determina fechamento da Legação lituana no Rio de Janeiro; Representantes continuam a exercer funções consulares
2002	Visita do Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer (novembro)
	Acordo, por troca de notas, sobre Isenção de Vistos (4/11)
2008	Visita do Presidente Valdas Adamkus (julho)
	Acordo sobre Cooperação na Área Cultural (16/7)
2011	I Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (11/4)
	Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (11/4)
2012	Visita da Presidenta Dalia Grybauskaitė para a Rio+20 (junho)
	Abertura do Consulado-Geral em São Paulo (dezembro)
2013	Embraer anuncia venda de aeronaves à <i>Air Lituania</i> (junho)
	Reunião entre o Secretário-Executivo do MDIC e delegação lituana em Copenhague (outubro)
2015	Lituânia apresenta propostas de Acordos de Cooperação Econômica, Assistência Mútua em Matéria Penal, sobre Transferência de Presos e para Evitar Dupla Tributação (janeiro)
	Ministério da Pesca e Aquicultura autoriza importação de pescados de origem lituana (fevereiro)
	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Linas Linkevicius (abril)

ATOS BILATERAIS

<i>Título</i>	<i>Celebração</i>	<i>Entrada em vigor</i>	<i>Publicação no DOU</i>
Tratado de Extradicação	28/9/1937	19/6/1939	19/8/1939
Acordo sobre Isenção de Vistos	4/11/2002	25/10/2008	13/1/2009

Acordo sobre Cooperação na Área Cultural

16/7/2008

28/4/2010

6/10/2010

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos - 2 0 1 4

Origem do PIB	
Agricultura	3,7%
Indústria	28,3%
Serviços	68,0%
Balanço de pagamentos	
Saldo em transações correntes	US\$ 446 milhões
Saldo da balança comercial de bens	US\$ - 2,21 bilhões
Reservas internacionais	US\$ 7,8 bilhões
Outros indicadores	
Inflação (fim do período)	0,52%
Câmbio (LTL / US\$)	2,76

Evolução do comércio exterior
US\$ bilhões

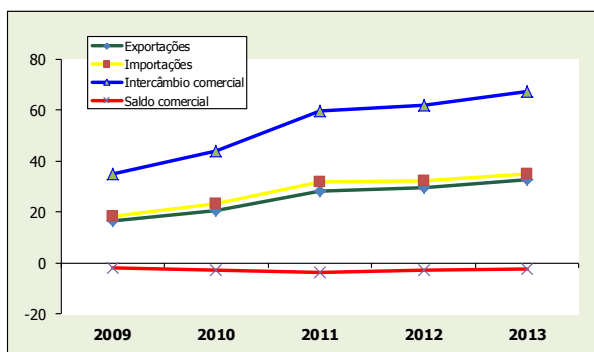
Anos	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2009	16,50	18,34	34,84	-1,84
2010	20,81	23,38	44,19	-2,56
2011	28,07	31,80	59,87	-3,73
2012	29,65	32,24	61,89	-2,58
2013	32,60	34,81	67,41	-2,21
2013(jan-set)	23,94	25,89	49,84	-1,95
2014(jan-set)	24,24	26,13	50,37	-1,90
Var. % 2009-2013	97,6%	89,8%	93,5%	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado.

1,2% 0,9% 1,1%



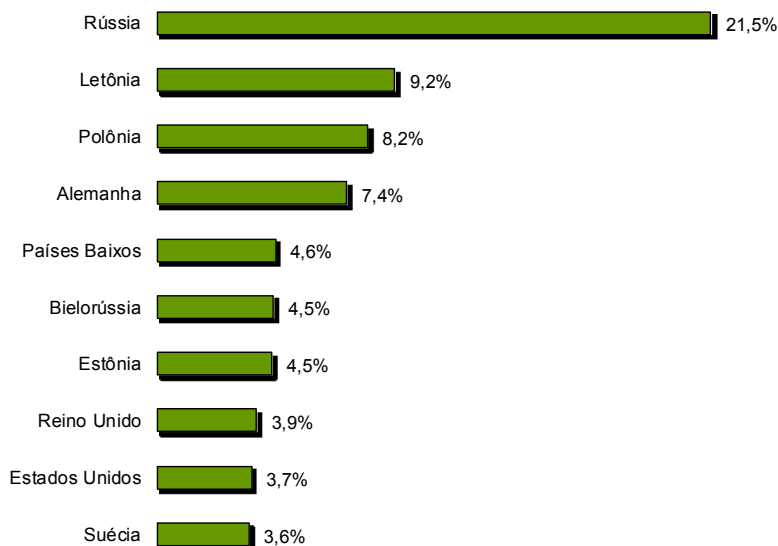
O comércio exterior da Lituânia apresentou, em 2013, crescimento de 93,5% em relação a 2009, de US\$ 34,84 bilhões para US\$ 67,41 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2013, a Lituânia figurou como o 63º mercado mundial, sendo o 61º exportador e o 63º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise, totalizando em 2013 saldo negativo de US\$ 2,21 bilhões. Entre janeiro e setembro de 2014, as trocas comerciais da Tunísia aumentaram 1,1%, refletindo crescimento de 1,2% nas exportações e de 0,9% nas importações.

Direção das Exportações
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4 jan-set	Part.% no total
Rússia	5,20	21,5%
Letônia	2,24	9,2%
Polônia	1,98	8,2%
Alemanha	1,78	7,4%
Países Baixos	1,11	4,6%
Bielorússia	1,10	4,5%
Estônia	1,08	4,5%
Reino Unido	0,94	3,9%
Estados Unidos	0,89	3,7%
Suécia	0,86	3,6%
...		
Brasil	0,029	0,1%
Subtotal	17,21	71,0%
Outros países	7,03	29,0%
Total	24,24	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

10 principais destinos das exportações



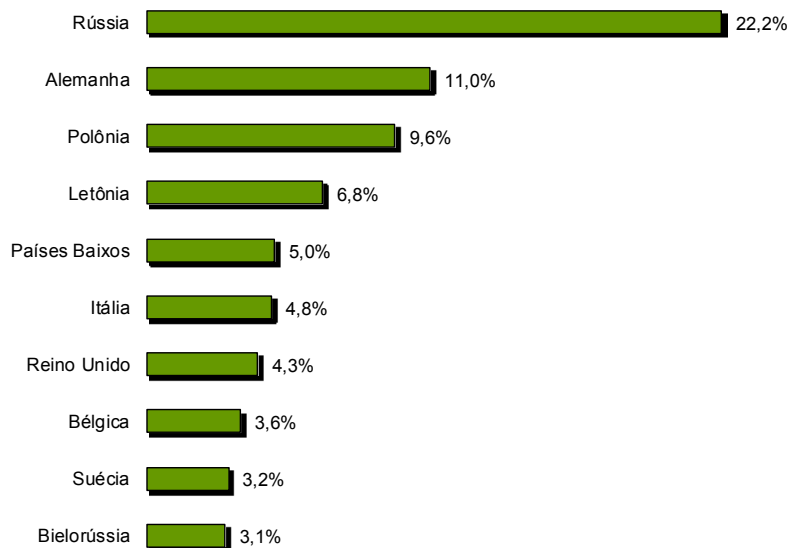
As vendas da Lituânia são direcionadas em grande parte aos vizinhos da Europa, que absorveram 87,6% do total entre janeiro e setembro de 2014; seguidos do continente americano com 4,9% e da Ásia com 2,3%. Individualmente, a Rússia foi o principal destino das vendas lituanas com 21,5% do total no período em 2014. Seguiram-se: Letônia (9,2%); Polônia (8,2%); Alemanha (7,4%); e Países Baixos (4,6%). O Brasil posicionou-se no 47º lugar entre os compradores da Lituânia com 0,1% do total.

**Origem das Importações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 4 jan-set	Part.% no total
Rússia	5,80	22,2%
Alemanha	2,86	11,0%
Polônia	2,51	9,6%
Letônia	1,78	6,8%
Países Baixos	1,29	5,0%
Itália	1,26	4,8%
Reino Unido	1,13	4,3%
Bélgica	0,95	3,6%
Suécia	0,83	3,2%
Bielorrússia	0,80	3,1%
...		
Brasil	0,024	0,1%
Subtotal	19,22	73,6%
Outros países	6,91	26,4%
Total	26,13	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

10 principais origens das importações



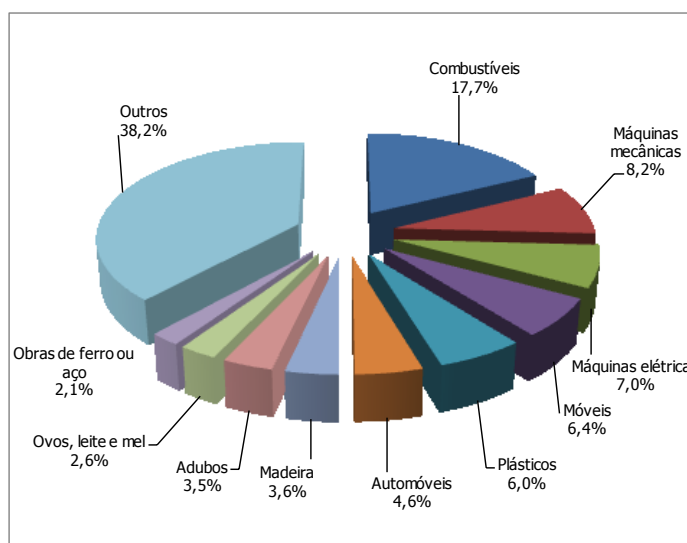
Os países vizinhos da Europa são também os principais abastecedores do mercado lituano. Entre janeiro e setembro de 2014, somaram 91,5% do total, seguidos dos países da Ásia com 6,1% e da América com 1,6%. Individualmente, a Rússia foi o principal fornecedor de bens a Lituânia com 22,2% do total. Seguiram-se: Alemanha (11,0%); Polônia (9,6%); e Letônia (6,8%). O Brasil posicionou-se no 40º lugar entre os fornecedores do mercado lituano com 0,1% do total.

**Composição das exportações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 4 jan-set	Part.% no total
Combustíveis	4,28	17,7%
Máquinas mecânicas	1,99	8,2%
Máquinas elétricas	1,70	7,0%
Móveis	1,56	6,4%
Plásticos	1,46	6,0%
Automóveis	1,12	4,6%
Madeira	0,88	3,6%
Adubos	0,84	3,5%
Ovos, leite e mel	0,63	2,6%
Obras de ferro ou aço	0,51	2,1%
Subtotal	14,97	61,8%
Outros	9,27	38,2%
Total	24,24	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

10 principais grupos de produtos exportados



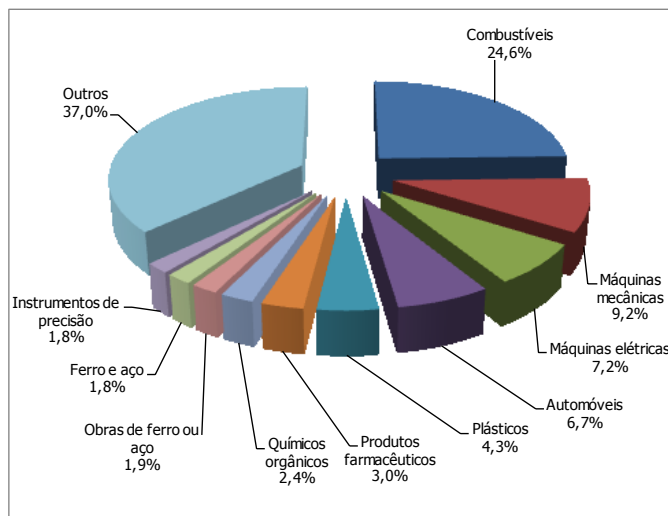
A pauta das exportações da Lituânia é diversificada. Entre janeiro e setembro de 2014, combustíveis (óleo de petróleo refinado) foram os produtos mais exportados, representando 17,7% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (impressoras, computadores, máquinas e aparelhos para trabalhar borracha ou plásticos ou para fabricação de produtos dessas matérias, válvulas e torneiras, ar-condicionados) com 8,2%; máquinas elétricas (fios e cabos, discos, fitas, dispositivos de armazenamento de dados, não volátil, à base de semicondutores, "cartões inteligentes", aparelhos de telefonia, circuitos impressos) com 7,0%; móveis (6,4%); plásticos (6,0%).

**Composição das importações
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 4 jan-set	Part.% no total
Combustíveis	6,43	24,6%
Máquinas mecânicas	2,41	9,2%
Máquinas elétricas	1,89	7,2%
Automóveis	1,75	6,7%
Plásticos	1,13	4,3%
Produtos farmacêuticos	0,79	3,0%
Químicos orgânicos	0,62	2,4%
Obras de ferro ou aço	0,50	1,9%
Ferro e aço	0,48	1,8%
Instrumentos de precisão	0,47	1,8%
Subtotal	16,45	63,0%
Outros	9,68	37,0%
Total	26,13	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.

10 principais grupos de produtos importados



A pauta das importações da Lituânia apresentou-se concentrada em combustíveis e bens com alto valor agregado. Entre janeiro e setembro de 2014, combustíveis (óleo de petróleo em bruto, óleo de petróleo refinado e gases de petróleo) foram o principal grupo de produtos da pauta e representou 24,6% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (impressoras, computadores, máquinas e aparelhos para trabalhar borracha ou plásticos ou para fabricação de produtos dessas matérias, válvulas e torneiras, refrigeradores, congeladores, máquinas e aparelhos com função própria, centrífugas, ar-condicionados) com 9,2%; máquinas elétricas (fios e cabos, aparelhos de telefonia, aparelhos de TV, circuitos integrados eletrônicos, aparelhos para interrupção e conexões de circuitos elétricos) com 7,2%; automóveis (carros de passeio, incluindo os "station wagon", partes e acessórios para veículos motores, caminhões e veículos para transporte de mercadorias, tratores, trailers) com 6,7%; plásticos (4,3%).

Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ milhões, fob

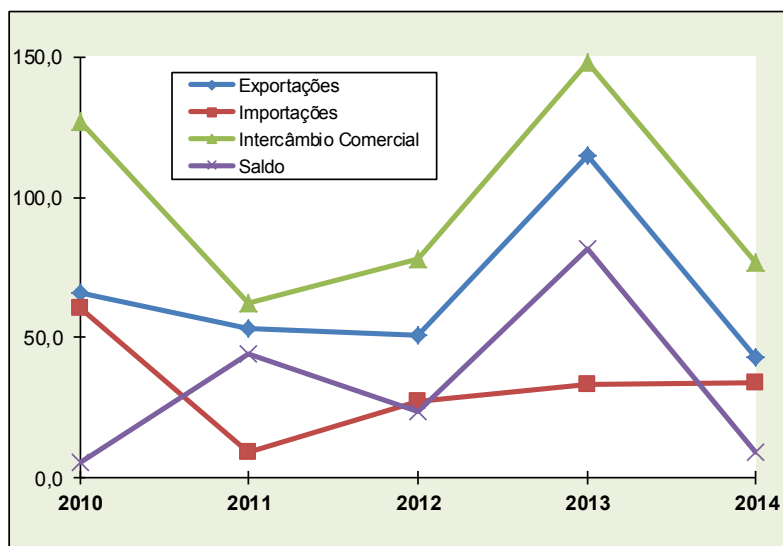
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio Comercial		Saldo
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2010	66,2	-62,4%	60,4	(+)	126,6	-29,4%	5,7
2011	53,2	-19,6%	9,3	-84,6%	62,5	-50,6%	43,9
2012	50,5	-5,1%	27,2	191,7%	77,7	24,2%	23,4
2013	114,8	127,3%	33,5	23,2%	148,3	90,9%	81,4
2014	42,9	-62,6%	34,0	1,7%	77,0	-48,1%	8,9
Var. % 2010-2014	-35,1%		-43,7%		-39,2%		n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

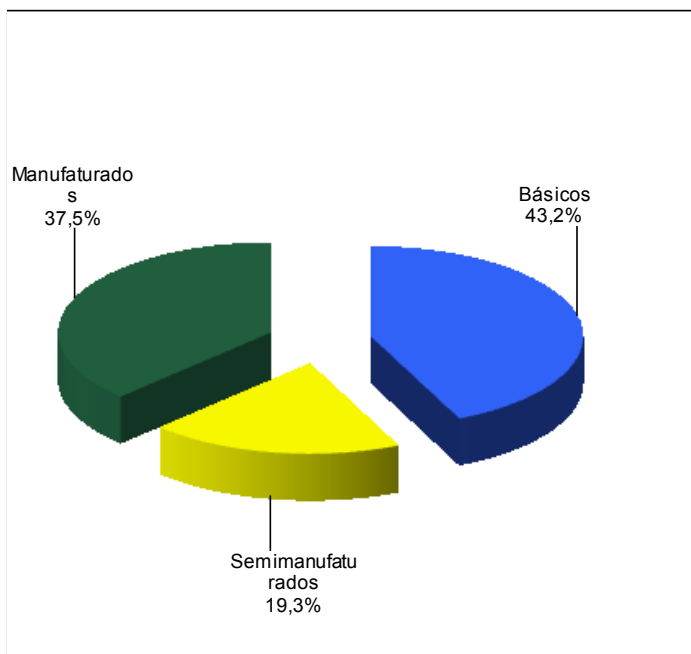
(n.c.) Dado não calculado.

A Lituânia foi o 109º parceiro comercial brasileiro em 2014. Entre 2010 e 2014, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu 39,2%, de US\$ 126,6 milhões para US\$ 77 milhões. Nesse período, as exportações diminuíram 35,1% e as importações, 43,7%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período sob análise, registrou superávit de US\$ 8,9 milhões em 2014.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2014

Exportações



As exportações brasileiras para a Lituânia são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 43,2% do total em 2014, com destaque para fumo e carne. Os produtos manufaturados posicionaram-se em seguida com 37,5% (máquinas mecânicas e café solúvel) e os produtos semimanufaturados (açúcar de cana) com 19,3%.

Importações



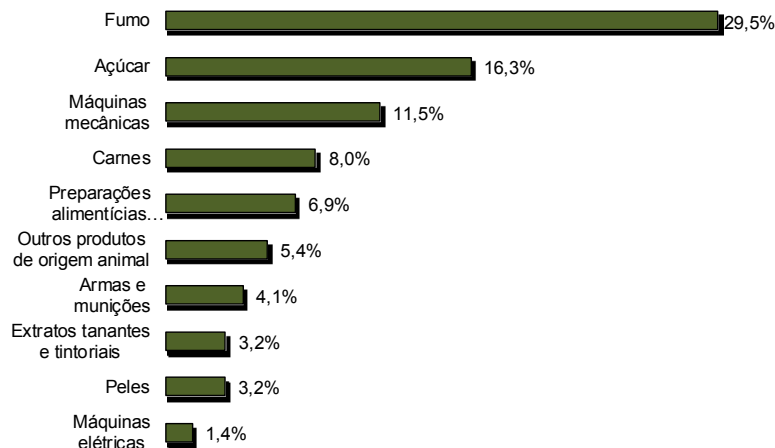
Os produtos manufaturados totalizaram as importações brasileiras procedentes da Lituânia em 2014, representados, sobretudo, por obras de ferro ou aço.

**Composição das exportações brasileiras
US\$ milhões, fob**

Descrição	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	
			Valor	Part. % no total
Fumo	14,3	11,8	12,7	29,5%
Açúcar	16,5	66,4	7,0	16,3%
Máquinas mecânicas	1,5	9,7	4,9	11,5%
Carnes	1,2	1,5	3,4	8,0%
Preparações alimentícias diversas	3,5	3,2	3,0	6,9%
Outros produtos de origem animal	2,7	3,1	2,3	5,4%
Armas e munições	0,3	0,0	1,8	4,1%
Extratos tanantes e tintoriais	1,9	1,4	1,4	3,2%
Peles	2,8	3,3	1,4	3,2%
Máquinas elétricas	0,3	0,3	0,6	1,4%
Subtotal	44,9	100,7	38,5	89,7%
Outros produtos	5,6	14,1	4,4	10,3%
Total	50,5	114,8	42,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil



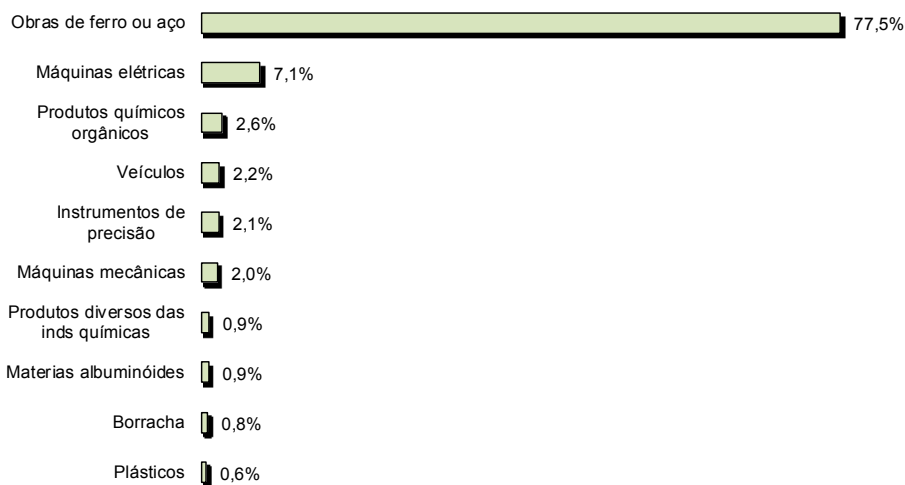
Fumo (tipo virgínia, tipo "burley" e outros produtos do fumo e seus sucedâneos, manufaturados) foi o principal produto brasileiro exportado para a Lituânia. Em 2014, fumo representou 29,5% do total das vendas. Seguiram-se: açúcar (outros açúcares de cana) com 16,3%; máquinas mecânicas (aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas, máquinas para fender/seccionar/desenrolar madeira, partes de fornos industriais ou de laboratório não elétricos, juntas de vedação mecânicas) com 11,5%; carnes (carnes de bovino congeladas) com 8,0%; preparações alimentícias diversas (café solúvel) com 6,9%; outros produtos de origem animal (produtos de origem animal impróprios para alimentação humana e tripas de bovinos) com 5,4%.

**Composição das importações brasileiras
US\$ milhões, fob**

Descrição	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 4	
			Valor	Part. % no total
Obras de ferro ou aço	0,54	0,97	26,38	77,5%
Máquinas elétricas	2,22	1,95	2,42	7,1%
Produtos químicos orgânicos	1,45	1,80	0,87	2,6%
Veículos	0,51	0,95	0,75	2,2%
Instrumentos de precisão	0,83	0,79	0,73	2,1%
Máquinas mecânicas	0,48	24,86	0,67	2,0%
Produtos diversos das inds químicas	0,18	0,20	0,31	0,9%
Materias albuminóides	0,35	0,33	0,30	0,9%
Borracha	0,24	0,39	0,27	0,8%
Plásticos	0,10	0,23	0,21	0,6%
Subtotal	6,9	32,5	32,9	96,7%
Outros produtos	20,3	1,0	1,1	3,3%
Total	27,2	33,5	34,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil



A pauta das importações brasileiras originárias da Lituânia é concentrada. Em 2014, o grupo de produtos - obras de ferro ou aço - foram os principais produtos importados pelo Brasil e representaram 77,5% do total, seguidos de máquinas elétricas (quadros com aparelhos interruptores de circuito elétrico, aparelhos de radionavegação, jogos de fios para velas de ignição, partes de aparelhos de telefonia) com 7,1%.

Aviso nº 230 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL

PUBLICADO NO DSF DE ___/6/2015